



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300 - 7º B - Bairro Praia de Belas - CEP 90010-395 - Porto Alegre - RS - www.trf4.jus.br

EDITAL PREGÃO Nº 10/2023

ATENÇÃO

Alerta-se para que a licitante analise detalhadamente o edital (e anexos) para formular proposta/lance firme e possível de cumprimento.

A prática injustificada de atos tipificados no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021 tais como não manter a proposta e/ou deixar de enviar documentação exigida, sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará a licitante a sanções, apuradas em regular processo administrativo.

PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0003158-67.2023.4.04.8000

O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, UASG 090030, a seguir denominado TRF4, por intermédio do Núcleo de Licitações e Contratos, torna pública, a todos os interessados, a realização do **Pregão n.º 10/2023**, pelo critério de julgamento de menor preço, na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço global, visando à contratação do objeto abaixo descrito, segundo o que dispõem a Lei n.º 14.133/2021, a Lei Complementar n.º 123/2006, a Resolução n.º 169/2013, do CNJ, a Instrução Normativa n.º 001/2013, do CJP e demais normas vigentes e pertinentes à matéria, bem como pelas regras e condições estabelecidas neste Edital. No **dia 09/08/2023, às 14 horas (horário de Brasília)**, na unidade supracitada, no 7º andar do Prédio Administrativo, à Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, n.º 300, bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS, CEP 90010-395, será realizada a sessão pública *on-line* por meio do Portal de Compras do Governo Federal, através do endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.

1 – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta licitação a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de operação e manutenção do sistema de condicionamento de ar, adaptação para porta-filtros, fornecimento de filtros em manta e análise da qualidade do ar climatizado do prédio-sede do TRF4, localizado na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha n.º 300, e do prédio anexo, Rua José Ibanor Tartarotti, n.º 170, bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS, conforme condições e especificações a seguir descritas e no Anexo I – Termo de Referência, integrante deste instrumento convocatório.

1.2. A licitação será realizada em grupo único, formada por quatro itens, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõe, sob pena de desclassificação.

1.3. Detalhamento do Grupo:

1.3.1. Item 01: Prestação de serviços continuados de operação, manutenção preventiva e corretiva do sistema de condicionamento de ar dos prédios do TRF4;

1.3.2. Item 02: Adaptação dos filtros de ar, compreendendo a retirada dos filtros descartáveis existentes nos locais, fornecimento e instalação de suportes, fixação de porta-filtros em chapa de aço galvanizada com os ajustes para perfeita utilização;

1.3.3. Item 03: Análise periódica da qualidade do ar climatizado dos prédios do TRF4;

1.3.4. Item 04: Fornecimento de filtros em manta.

1.3. A licitante vencedora será responsável pela operação e manutenção dos sistemas de refrigeração e produção de gelo, sistemas de aquecimento, sistemas de ventilação forçada dos prédios e seus acessórios, devendo observar o horário de ponta da energia elétrica.

1.4. Devido ao porte e características das instalações de ar-condicionado, faz-se necessária a formação de uma equipe de trabalho constituída de 06 (seis) funcionários, para atuar diariamente no local, ainda que de forma alternada, observadas as seguintes qualificações:

1.4.1. 02 (dois) Mecânicos de manutenção de ar-condicionado, ou Mecânico de ar-condicionado e refrigeração, ou Mecânico de manutenção e instalações de aparelhos de climatização e refrigeração, com registro no CFT (Conselho Federal dos Técnicos Industriais) ou CRT (Conselho Regional dos Técnicos Industriais) e formação técnica de nível médio para operação e controle de todo o sistema, com formação de curso de operação de chillers, com carga horária mínima de 28 (vinte e oito) horas, comprovado através de diploma/certificado de conclusão;

1.4.2. 01 (um) operador noturno - Mecânico de manutenção de ar-condicionado, ou Mecânico de ar-condicionado e refrigeração, ou Mecânico de manutenção e instalações de aparelhos de climatização e refrigeração, para, fora do horário de ponta, à noite, sábados, domingos ou feriados, fazer cargas completas de gelo de forma a armazenar energia, na forma de frio, para fazer frente às necessidades durante os períodos de maior carga térmica e durante o horário de ponta, quando serão desligados os grupos resfriadores, com formação de curso de operação de chillers, com carga horária mínima de 28 (vinte e oito) horas, comprovado através de diploma/certificado de conclusão;

1.4.3. 01 (um) Técnico de manutenção eletrônica, com registro no CFT ou CRT e formação técnica de nível médio em eletrônica, para operação do sistema de automação dos aparelhos e realizar as manutenções corretivas, preventivas dos aparelhos, circuitos e sistemas eletrônicos;

1.4.4. 02 (dois) Meio Oficial Mecânico de ar-condicionado, ou Auxiliar Mecânico de ar-condicionado, ou Auxiliar Mecânico de refrigeração, ou Meio Oficial Mecânico de refrigeração, para revisão, manutenção de todas as máquinas, equipamentos, aparelhos, instalações de todos os sistemas e para serviços gerais.

1.4.5. Cada um dos profissionais desta equipe deverá atuar no local, no mínimo, 44 horas/semanais e também sempre que solicitado pelo TRF4, nos casos de emergência que porventura se verificarem fora dos dias e horários normais de trabalho, bem como quando for necessário o funcionamento da central fora dos dias e horários normais de trabalho.

1.4.6. A licitante vencedora deverá disponibilizar outros profissionais para execução dos serviços ora contratados, caso a equipe permanente não possa solucionar eventuais problemas constatados.

1.5. A licitante vencedora deverá manter um operador da central durante a noite para a fabricação de carga completa de gelo, no intuito de fazer frente à necessidade de energia acumulada na forma de gelo durante os dias mais quentes e horários de ponta de energia elétrica. Os demais profissionais atuarão durante os

dias úteis, conforme horários estabelecidos pela unidade gestora.

1.6. A licitante vencedora deverá apresentar, antes do início dos serviços, ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) de Engenheiro Mecânico, registrado no CREA/RS com atribuições do artigo 12 da Resolução 218/73 do CONFEA, o qual será responsável pela manutenção dos sistemas e pela totalidade dos serviços e ainda pela supressão das dúvidas, especialmente as técnicas, que venham a surgir durante a execução do contrato, sendo que os pagamentos de taxas e registros serão de integral responsabilidade licitante vencedora.

1.6.1. A substituição desse profissional só será admitida, em qualquer tempo, por outro que detenha as mesmas qualificações equivalentes ou superiores e por motivos relevantes, se justificado pelo proponente e aceito pelo TRF4.

1.6.2. O engenheiro inscrito no CREA de outros estados deverá visar o seu registro no CREA/RS.

1.7. A licitante vencedora deverá fornecer todas as máquinas, ferramentas e instrumentos necessários para a execução dos serviços, que serão prestados de acordo com o Anexo I – Termo de Referência e demais anexos.

1.8. A licitante vencedora deverá fornecer aos seus funcionários todos os equipamentos de proteção individual e coletiva de trabalho.

1.9. Quaisquer danos causados às instalações do prédio ou a terceiros, em decorrência dos serviços, serão de responsabilidade da licitante vencedora, que deverá repará-los, sem ônus para o TRF4.

1.10. Por ocasião do início dos serviços serão exigidos documentos que comprovem a regularidade do vínculo empregatício dos trabalhadores que vierem prestar serviço nas dependências do TRF4, conforme previsto na minuta de contrato anexa ao presente edital.

1.10.1. Durante a vigência do contrato, e por ocasião dos faturamentos, a licitante vencedora deverá apresentar, juntamente com a nota fiscal, os comprovantes dos pagamentos de salários, FGTS e contribuições previdenciárias relativamente aos empregados que prestarem serviços nas dependências do TRF4, conforme previsto na minuta de contrato anexa ao presente edital, podendo também ser requeridos, pelo gestor do contrato, documentos complementares relativos ao cumprimento pela empresa dos encargos trabalhistas e previdenciários.

1.10.2. Os pagamentos mensais ficam condicionados à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas exigíveis relativas ao mês da prestação dos serviços, tais como: comprovação de pagamento de salários, vale-transporte, vale-alimentação, etc.

1.11. Será admitida a subcontratação dos serviços referentes a coleta, análise e diagnóstico da qualidade do ar final.

1.12. Nos termos da Resolução n.º 169/2013 do CNJ, as provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, 1/3 constitucional, 13º salário, multa do FGTS por dispensa sem justa causa, incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário indicado nas Planilha de Custos e Formação de Preços incidente sobre os encargos retidos de todos os itens acima, serão glosadas do valor mensal do contrato e depositadas em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação na Caixa Econômica Federal, conforme o Acordo de Cooperação n.º 201/2022 (Anexo V do Edital), assinado entre o TRF4 e a referida Instituição Financeira.

1.12.1. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas, depositados na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - deixarão de compor o valor do pagamento mensal à licitante

vencedora.

1.12.2. Os valores referentes às rubricas mencionadas no art. 4º da referida Resolução, serão retidos do pagamento mensal à empresa contratada, independentemente da unidade de medida contratada, ou seja, posto de trabalho, homem/hora, produtividade, entrega de produto específico, ordem de serviço etc.

1.13. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no sistema Compras.gov.br e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.

1.14. O orçamento estimado desta contratação, embora presente nos autos, possui caráter sigiloso, tendo em vista o entendimento da Administração de que sua divulgação em fase anterior à da abertura das propostas mostra-se desfavorável para a obtenção da proposta mais vantajosa, contrariando o interesse público e a eficiência.

2 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. Esta licitação sob a modalidade Pregão será realizada em sessão pública *on-line*, conforme condições estabelecidas neste Edital, na data, no horário e no endereço eletrônico indicados no preâmbulo.

2.2. Para participação neste Pregão as empresas, além de disporem, por seus próprios meios, dos recursos materiais e tecnológicos necessários ao acesso e operação do sistema eletrônico, deverão:

2.2.1. atender a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos quanto ao objeto, à documentação e demais exigências;

2.2.2. estar devidamente credenciadas no sistema Compras.gov.br, Portal de Compras do Governo Federal, por meio do sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br>, para acesso ao sistema eletrônico;

2.2.3. possuir registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF). Esse registro também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

2.3. Como requisito para participação no Pregão, a licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema, que cumpre os requisitos para a habilitação e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências deste Edital.

2.4. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta de preços sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital e na Lei n.º 14.133/2021.

2.5. Não poderão participar desta licitação:

2.5.1. pessoas jurídicas que não explorem ramo de atividade compatível com o objeto desta licitação;

2.5.2. empresa ou sociedade estrangeira;

2.5.3. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.5.4. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.5.5. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido

condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.5.6. empresas declaradas impedidas para licitar ou contratar com a União, nos termos do art. 156, inciso III, da Lei n.º 14.133/2021; e

2.5.7. empresas declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do art.156, inciso IV, da Lei n.º 14.133/2021.

2.6. Os documentos apresentados nesta licitação deverão:

2.6.1. estar em nome da licitante, com um único número de CNPJ;

2.6.2. estar no prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor;

2.6.3. ser encaminhados exclusivamente por meio do sistema Compras.gov.br, incluindo-se a proposta com o objeto ofertado e preço, bem como os documentos de habilitação.

3 – DO CREDENCIAMENTO

3.1. A licitante deverá credenciar-se previamente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF) para utilização do Sistema Compras do Governo Federal, no sítio www.gov.br/compras, observado o seguinte:

3.1.1. credenciamento far-se-á mediante atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico;

3.1.2. qualquer fato que possa comprometer o sigilo ou a segurança deverá ser comunicado imediatamente ao provedor do sistema eletrônico, para imediato bloqueio de acesso;

3.1.3. o credenciamento da licitante ou de seu representante perante o provedor do sistema eletrônico implica responsabilidade legal pelos atos praticados e presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

3.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema eletrônico ou ao órgão promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.3. A licitante responsabilizar-se-á por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.

4 – DO ENVIO ELETRÔNICO DA PROPOSTA COMERCIAL

4.1. Divulgado o Edital no endereço eletrônico www.gov.br/compras e no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), os interessados em participar desta licitação deverão acessar o Sistema de Compras do Governo Federal para encaminhar a sua proposta comercial, exclusivamente por meio eletrônico, onde conste a descrição do objeto/ítem a que se refere, bem como as seguintes informações:

4.1.1. preço total do item, indicado em moeda corrente nacional, vedada qualquer identificação nesse

momento, sob pena de desclassificação; nos preços propostos deverão estar computados todos os custos necessários ao atendimento do objeto licitado, incluindo-se todos os impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação, ou ainda, despesas com materiais e equipamentos, transportes, deslocamentos de pessoas, que correrão por conta da licitante vencedora, vedada qualquer indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos, sendo a atualização os valores contratuais nos termos do que consta na Minuta do Contrato – Anexo III, deste Edital.

4.1.1.1. O valor de concorrência será o somatório do valor total de todos os itens que compõem o grupo, devendo as licitantes fazerem os detalhamentos em janela própria do sistema Compras, preenchendo obrigatoriamente todos os itens do grupo e fornecendo a quantidade total indicada. A proposta deverá atender aos requisitos para todos os itens do grupo.

4.1.2. As microempresas ou empresas de pequeno porte, por ocasião do envio eletrônico da sua proposta, para fins de se beneficiarem do direito de preferência estabelecido na Lei Complementar n.º 123/2006, deverão declarar, em campo próprio do sistema Compras.gov.br, que atendem aos requisitos do artigo 3º da referida Lei.

4.1.3. É vedada qualquer forma de identificação da licitante, sob pena de desclassificação.

4.2. O cadastramento de propostas iniciar-se-á no momento em que publicado o Edital no sistema Compras.gov.br e no PNCP, e encerrar-se-á, automaticamente, na data e hora marcada para a abertura da sessão.

4.3. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

4.4. A licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema eletrônico ou de sua desconexão.

4.5. Havendo omissão de dados da licitante na sua proposta, considerar-se-ão aqueles constantes da documentação de cadastramento.

5 – DA ABERTURA DAS PROPOSTAS

5.1. No dia e hora indicados no preâmbulo deste Edital, a sessão pública será aberta automaticamente pelo sistema.

5.2. A verificação da conformidade da proposta será feita exclusivamente na fase de julgamento em relação à proposta mais bem classificada.

5.3. A partir da abertura da sessão pública até o encerramento da fase lances, a comunicação entre o pregoeiro e as licitantes somente poderá ocorrer através do sistema eletrônico, mediante a utilização do campo próprio para a troca de mensagens (*chat*), vedada qualquer identificação da licitante, sob pena de desclassificação.

6 – DA COMPETITIVIDADE E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Por ocasião do início da fase competitiva, as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

6.2. A licitante será imediatamente informada pelo sistema do recebimento do seu lance e do respectivo valor consignado no registro.

6.3. Na formulação de lances, deverão ser observados os seguintes aspectos:

6.3.1. as licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital;

6.3.2. a licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ela ofertado e registrado pelo sistema, observado o intervalo mínimo de 0,10% (um décimo por cento), que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta;

6.3.3. a licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos, após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

6.4. O pregoeiro poderá, durante a disputa, como medida excepcional, excluir a proposta ou o lance que comprometa, restrinja ou frustre o caráter competitivo do certame, mediante comunicação eletrônica automática via sistema.

6.4.1. A hipótese de exclusão da proposta implica retirada da licitante da participação do certame.

6.4.2. A licitante que tiver a proposta excluída poderá retornar imediatamente com a sua proposta.

6.5. Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, em que as licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.

6.6. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Encerrado esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de tempo de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.7. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da melhor oferta e os autores das ofertas subsequentes com preços até dez por cento superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.8. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item acima, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento do prazo.

6.9. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de preços.

7 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

7.1. Encerrada a etapa de lances, o sistema identificará, em coluna própria, para os fins do direito de preferência estabelecido nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar n.º 123/2006, as microempresas ou empresas de pequeno porte participantes.

7.2. Caso a proposta de menor preço não seja de uma microempresa, o sistema fará uma comparação entre a proposta da primeira colocada e as propostas das microempresas ou empresas de pequeno porte, na ordem de classificação.

7.3. A proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontrar na faixa de até 5% (cinco) por cento acima da proposta de menor preço, é considerada empatada com a primeira colocada e terá o direito de encaminhar, no prazo de 05 (cinco) minutos, para fins de desempate, uma última oferta, obrigatoriamente em valor menor do que a primeira colocada, sob pena de decair do direito de preferência.

7.3.1. A convocação e o controle do prazo para o exercício desse direito de preferência serão feitos automaticamente pelo sistema.

7.3.2. Caso desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, o sistema convocará para o exercício desse direito, na ordem de classificação, enquanto necessário, as demais microempresas ou empresas de pequeno porte que também se encontrem na condição de empate.

7.4. Na hipótese de empate, após a fase de lances, entre propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem na faixa de até 5% acima da primeira classificada, o sistema fará um sorteio eletrônico entre tais, definindo automaticamente a ordem de convocação para o exercício do direito de preferência de oferta de desempate.

7.4.1. Ocorrendo proposta de desempate de microempresa ou empresa de pequeno porte, o sistema disponibilizará a nova classificação das propostas para fins de aceitação pelo pregoeiro.

7.5. Não havendo propostas de microempresas ou empresas de pequeno porte na faixa de até 5% acima do menor preço obtido na fase de lances, ou não havendo êxito no procedimento de desempate, prevalecerá a classificação inicial.

7.6. Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os critérios de desempates previstos no art. 60 da Lei n.º 14.133/2021.

7.7. O pregoeiro encaminhará contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso com vistas à obtenção de melhor proposta, observado o critério de julgamento, não se admitindo negociar condições diferentes daquelas previstas no Edital.

7.7.1. A negociação será realizada por meio do sistema eletrônico, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

7.8. Na hipótese do melhor lance conter valor superior ao estimado pela Administração, o pregoeiro encaminhará negociação buscando a obtenção de melhor valor.

7.8.1. A negociação será realizada por meio do chat. No silêncio da licitante serão feitas 03 (três) tentativas consecutivas com intervalos de 05 (cinco) minutos.

7.8.2. Caso a licitante não estiver conectada ao sistema eletrônico ou não apresentar manifestação, o pregoeiro desclassificará sua proposta comercial.

7.9. Na fase de julgamento das propostas, o pregoeiro solicitará o envio de anexos ou declarações, via sistema Compras.gov.br (convocação de anexo), relativamente ao último lance ofertado, e também solicitará apenas ao fornecedor cuja proposta esteja em primeiro lugar o envio da proposta, adequada ao valor do lance final ou da negociação, nos moldes do Anexo II deste Edital. Os anexos ou declarações terão por objetivo a comprovação de requisitos estabelecidos no Edital e/ou demonstrativo de composição de preços.

7.10. A seguir, o pregoeiro suspenderá os trabalhos e fixará à licitante cuja proposta esteja em primeiro lugar, o prazo de, no mínimo, 24 (vinte e quatro) horas para a apresentação das Planilhas de Custos e Formação de Preços, contemplando o lance final ofertado para a prestação dos serviços e constando, obrigatoriamente, o detalhamento dos custos que compõem o preço final, de acordo com o disposto neste Edital, podendo esse prazo ser prorrogado no interesse da Administração. Tais planilhas servirão para acompanhamento da execução do contrato. Nesta oportunidade, deverá ser entregue juntamente com as Planilhas de Custos e Formação de Preços, a Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional em questão, com base no último dissídio.

7.10.1. A não apresentação da planilha ajustada dentro do prazo estabelecido ou a recusa da licitante em corrigir eventuais erros em seu preenchimento ou em suas fórmulas implicará na recusa da proposta.

7.11. O pregoeiro realizará a verificação da conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e desclassificará a proposta que:

7.11.1. contiver vício insanável;

7.11.2. não obedecer às especificações técnicas definidas no Termo de Referência;

7.11.3. apresentar preços inexequíveis ou acima do estimado para a contratação;

7.11.4. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste instrumento convocatório, desde que insanável.

7.12. O pregoeiro poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade da proposta ofertada ou solicitar à licitante da proposta classificada em primeiro lugar com valor inferior a 50% (cinquenta por cento) do valor estimado da contratação para comprovar:

7.12.1. que o custo da licitante não ultrapasse o valor da proposta; e

7.12.2. a existência de custos de oportunidades capazes de justificar o vulto da oferta.

7.12.3. Será desclassificada a proposta da licitante que não demonstrar a exequibilidade da proposta.

8 – DA HABILITAÇÃO

8.1. É condição prévia à fase de habilitação da licitante detentora da melhor proposta, a verificação pelo pregoeiro da regularidade da seguinte documentação, através da consulta dos sítios oficiais:

8.1.1. Comprovante da inexistência de registro impeditivo no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ambas da Controladoria-Geral da União;

8.1.2. Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça;

8.1.3. Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União;

8.1.4. Poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>);

8.1.5. Constatada a existência de sanção, a licitante será inabilitada por falta de condição de participação.

8.2. Para habilitação neste Pregão, a licitante deverá apresentar documentação relativa à regularidade fiscal Federal (Fazenda Nacional, INSS e FGTS), Estadual, Municipal e Trabalhista (CNDT), cuja documentação poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, confirmado por meio de consulta durante a sessão;

8.2.1. A prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante contemplando, no mínimo, o seguinte tributo: ICMS;

8.2.2. A prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, contemplando, no mínimo, o seguinte tributo: ISSQN.

8.2.3. Caso os registros constantes do SICAF não estejam atualizados, os documentos comprobatórios da regularidade fiscal deverão ser encaminhados ao pregoeiro como anexo, via sistema Compras.gov.br, na forma e no prazo definidos neste edital.

8.2.3.1. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação da licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s).

8.2.4. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte, a comprovação exigida para efeito de regularidade fiscal obedecerá o seguinte:

8.2.4.1. Será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração, para a regularização dessa documentação, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, conforme previsto no art. 43, §1º, da Lei Complementar n.º 123/2006;

8.2.4.2. A não regularização da documentação, no prazo previsto na alínea anterior, implicará a inabilitação da licitante.

8.3. Para fins de habilitação, a licitante também deverá apresentar a seguinte documentação:

8.3.1. declaração de que cumpre plenamente os requisitos de habilitação, nos termos do art. 63, inc. I, da Lei n.º 14.133/2021;

8.3.2. declaração de que suas propostas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, nos termos do art. 63, § 1º, da Lei n.º 14.133/2021;

8.3.3. declaração de inexistência de impedimento à sua habilitação e comunicação imediata de superveniência de ocorrência impeditiva ao órgão ou entidade contratante;

8.3.4. manifestação de ciência em relação a todas as informações e condições locais para o cumprimento objeto desta licitação;

8.3.5. declaração de observância dos incisos III e IV do art. 1º e cumprimento do disposto no inciso III do art. 5º, da Constituição Federal, que veda o tratamento desumano ou degradante;

8.3.6. declaração de cumprimento as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitação da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

8.3.7. declaração de cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, quando cabíveis;

8.3.8. declaração de cumprimento do art. 7º, inc. XXXIII da Constituição Federal, que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 anos.

8.3.9. As declarações previstas neste item 8.3 deverão ser preenchidas pela licitante no sistema Compras.gov.br e serão consultadas pelo pregoeiro durante a sessão, para posterior juntada ao processo administrativo.

8.4. Para fins de habilitação deverá ser apresentado pela empresa licitante Atestado(s) de Capacidade Técnica fornecido(s) por pessoa(s) jurídica(s) de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços de natureza similar do objeto desta licitação, em contrato(s) contendo no mínimo 06 (seis) postos de trabalho; firmado e decorrido pelo menos 01 (um) ano do início de sua execução de forma continuada, para uma central de refrigeração com capacidade mínima total de 248 TRs; com condensação de ar; compressores tipo parafuso; no mínimo 08 (oito) tanques de gelo com capacidade de armazenamento de gelo de 200TRs cada; no mínimo 38 (trinta e oito) fan-coils para água fria e água quente; sistema de monitoração, via computador e sistema de controle e automação que gerencie todo o sistema.

8.4.1. A licitante deve disponibilizar todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados solicitados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

8.4.2. Para comprovação da experiência mínima, será aceito o somatório de atestados.

8.4.3. Todos os atestados apresentados na documentação de habilitação deverão conter, obrigatoriamente, a especificação dos serviços executados, o nome e cargo do declarante.

8.5. A comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte poderá ser feita mediante apresentação de original ou cópia autenticada da comunicação do registro efetuado pelas Juntas Comerciais ou pelos Cartórios de Registro Civil de Pessoas Jurídicas, cuja documentação poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF ou, ainda, por outro meio idôneo e formal de certificação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, expedida por órgão competente, tudo consoante o artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/2006.

8.6. A licitante que apresentar documentação em desacordo com este Edital será inabilitada, sem prejuízo das sanções previstas neste instrumento convocatório e no art. 155 da Lei n.º 14.133/2021.

9 – DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA E DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

9.1. A proposta comercial ajustada ao valor do lance final ou da negociação, bem como os demais documentos certidões e/ou declarações/atestados exigidos para habilitação da licitante, serão solicitados pelo pregoeiro, pelo chat, para serem enviados, via sistema Compras.gov.br (convocação de anexo), no prazo mínimo de 02 (duas) horas, prorrogável por razões de fato ou de direito, no interesse da Administração.

9.1.1. Solicita-se às empresas que as propostas sejam encaminhadas nos moldes do Anexo II deste Edital.

9.2. A proposta comercial deverá conter a identificação da licitante, CNPJ, endereço eletrônico, endereço comercial, números de telefone e *homepage* e ser apresentada obrigatoriamente em meio eletrônico, datada e assinada pelo responsável legal da empresa e deve, ainda, conter:

9.2.1. preço unitário e total do item, indicado em moeda corrente nacional; no referido preço deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação; ou, ainda, despesas com materiais e equipamentos, transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora, vedada qualquer indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos, sendo a atualização dos valores contratuais nos termos do que consta na Minuta de Contrato – Anexo III, deste Edital. Solicita-se às empresas que apresentem suas propostas nos moldes do Anexo II – Modelo de Proposta de Preços, deste Edital.

9.2.2. **Planilha de Custos e Formação de Preços**, conforme modelo constante do Anexo IV, deste Edital,

com base na Instrução Normativa nº 05/2017 do MPDG e IN nº 001/2013 do CJF, a qual deverá atender aos seguintes requisitos:

9.2.2.1. deverá ser preenchida uma planilha para cada um dos cargos constantes do item 1.4. deste Edital, discriminando-se o cargo, a carga horária e a quantidade de trabalhadores;

9.2.2.2. a Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ter por base o Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho da categoria profissional em questão, com base no último dissídio e deverão constar todos os elementos que influam no custo operacional, inclusive tributos e encargos sociais;

9.2.2.3. não deverão ser incluídos na Planilha de Custos e Formação de Preços os tributos Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL em face da proibição contida no item 9.1 do Acórdão TCU nº 950/2007-Plenário;

9.2.2.4. se o proponente possuir regime tributário diverso do representado na Planilha de Custos e Formação de Preços apresentada como padrão pelo TRF 4ª Região, deverá apresentar sua Planilha em formato condizente com o regime tributário ao qual pertence, resguardadas todas as exigências cabíveis constantes da Planilha de referência;

9.2.2.5. GFIP ou documento apto a comprovar o Fator Acidentário de Prevenção (FAP) do proponente;

9.2.2.6. nos casos em que for necessária, memória dos cálculos que a proponente utilizará para o pagamento de cada verba trabalhista (Intrajornada, Adicional Noturno, Risco de Vida, Descanso Semanal Remunerado, Horas Extras e respectivos reflexos) apontando os correspondentes fundamentos normativos (legislação, convenção coletiva, etc);

9.2.2.4. A Convenção Coletiva de Trabalho da(s) categoria(s) profissional(is) que executarão os serviços, com base no último dissídio, deverá ser entregue junto com as Planilhas de Custos e Formação de Preços. As Planilhas de Custos e Formação de Preços deverão ser enviadas, também, no formato “xls” (Excel).

9.2.3. prazo para atendimento de todos os chamados feitos em dias úteis, no horário compreendido entre 8h e 19h, para prestar serviços de emergência em qualquer equipamento ou componente da instalação de, no máximo, 05 (cinco) horas;

9.2.4. prazo para concluir os trabalhos de manutenção corretiva que venham a ser solicitados de, no máximo, 30 (trinta) dias úteis;

9.2.4.1. o prazo de que trata o item 9.2.4. poderá, mediante solicitação escrita da licitante vencedora e à vista do grau de dificuldade apresentado pelo serviço, ser prorrogado em até 30 (trinta) dias úteis;

9.2.5. prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados da data-limite prevista para entrega das propostas.

9.3. Havendo omissão aos prazos referidos neste item, aplicar-se-ão os termos nele estipulados.

9.4. Os documentos e certidões exigidos para habilitação (ver item 8 – DA HABILITAÇÃO) que não estejam contemplados no SICAF ou sítios oficiais para consulta/verificação, de acordo com o art. 70 da Lei nº 14.133, de 2021, deverão ser encaminhados ao pregoeiro das seguintes formas:

9.4.1. mediante solicitação por arquivo anexo ao sistema Compras.gov.br; ou

9.4.2. escaneadas e enviadas para o e-mail dlc@trf4.jus.br.

9.5. A razão social e o número do CNPJ deverão ser os mesmos constantes da documentação de cadastro e Nota Fiscal a ser emitida.

9.6. A licitante vencedora deverá encaminhar cópia do instrumento (procuração ou contrato social) que confere poderes para assumir obrigações em decorrência desta licitação, no caso do representante legal não ser dirigente cadastrado no SICAF.

10 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

10.1.1. Após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação, o pregoeiro oportunizará às licitantes, manifestarem motivadamente eventual intenção de interpor recurso, concedendo o prazo de 03 (três) dias para apresentação das suas razões.

10.1.2. A falta dessa manifestação, imediata e motivada, importará na preclusão do direito de recurso por parte da licitante.

10.1.3. A manifestação de interpor recurso será feita em campo próprio do sistema eletrônico, durante a sessão pública *on-line*.

10.2. As demais licitantes ficarão intimadas para, se desejarem, apresentar suas contrarrazões, no prazo de três dias, contado da data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

10.3. As razões do recurso serão encaminhados em momento único, em campo próprio no sistema.

10.4. O recurso será dirigido ao pregoeiro que, se não reconsiderar o ato ou a decisão, no prazo de 03 (três) dias, o remeterá, com a sua motivação, à autoridade superior para decidir em 10 (dez) dias.

10.5. Os autos eletrônicos do processo correspondente a este procedimento licitatório poderão ser solicitados ao Núcleo de Licitações e Contratos/TRF4, das 11 às 19 horas, no endereço indicado no preâmbulo, ou pelos telefones (51) 3213-3740/3741 e e-mail: dlc@trf4.jus.br, seja para fins de formulação das razões de recurso ou de contrarrazões.

10.6. A contagem dos prazos será feita em dias úteis, excluindo o dia do início e incluindo o dia do vencimento.

10.7. O provimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

11 - DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

11.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação e exauridos os recursos administrativos, atendidas todas as exigências fixadas neste Edital e observado o critério de menor preço do grupo, a licitante classificada em primeiro lugar será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto e homologado os atos desta licitação pela autoridade competente.

12 – DA NOTA DE EMPENHO

12.1. A Nota de Empenho será emitida no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de homologação da licitação.

12.1.1. A inobservância deste prazo pela Administração não afeta o direito subjetivo de contratar da licitante vencedora, salvo hipótese de revogação ou nulidade do procedimento.

12.2. Após emitida, a Nota de Empenho será apresentada, remetida ou transmitida à licitante vencedora, pelas formas e meios de comunicação ou intimação previstos neste Edital, constituindo este ato a sua convocação para assinatura do instrumento de contrato.

13 – DO CONTRATO

13.1. Integra o presente Edital, em anexo, a minuta do instrumento de contrato, que será assinado eletronicamente entre o TRF4 e a licitante vencedora, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis contados da sua disponibilização no Sistema Eletrônico de Informações, sob pena de caracterizar renúncia ao seu direito de contratação, ficando sujeita às sanções previstas para a hipótese. A assinatura da licitante vencedora se dará mediante login e senha fornecidos pelo TRF4, em conformidade com a regulamentação do processo administrativo eletrônico desta Corte;

13.1.1. Observado o prazo de validade da proposta, o prazo previsto para a assinatura do instrumento de contrato poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada e aceita pela Administração.

13.2. Por ocasião da assinatura do contrato ou até o primeiro dia da sua vigência, a empresa deverá apresentar formalmente ao Gestor, para aceitação do TRF4, preposto designado por instrumento de procuração e conferência expressa de poderes, o qual será o seu representante nas dependências do TRF4 ou local de prestação dos serviços, no que se referir a execução do contrato.

13.3. Se o proponente vencedor não apresentar situação regular na assinatura do contrato ou se recusar tácita ou expressamente a assinar o instrumento contratual, nos termos do art. 90, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021, poderá ser convocada outra licitante, na ordem de classificação para a celebração do contrato nas condições propostas pela licitante vencedora.

13.3.1. Na hipótese de nenhuma das licitantes aceitar a contratação nos termos do item 14.1, poderão ser convocadas as licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de melhor preço, mesmo que acima da licitante vencedora, na forma do art. 90, § 4º, da Lei 14.133/2021.

13.3.2. Poderá ser adjudicado e celebrado o contrato nas condições ofertadas pelas licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

13.4. A existência, no quadro societário da licitante vencedora, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, implicará impedimento à assinatura do instrumento de contrato, consoante determinado na Resolução n.º 229, de 22/06/2016, do Conselho Nacional de Justiça.

13.5. Por ocasião da prorrogação do contrato, de acordo com o art. 107, da Lei n.º 14.133/2021, além da documentação relativa à regularidade fiscal e de débitos trabalhistas, serão consultados os sítios oficiais para verificação da seguinte documentação:

13.5.1. Comprovante da inexistência de registro impeditivo no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas - CNEP, ambas da Controladoria-Geral da União;

13.5.2. Certidão Negativa do Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça;

13.5.3. Certidão Negativa de Licitantes Inidôneos do Tribunal de Contas da União;

13.5.4. Poderá haver a substituição das consultas dos subitens acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>).

14 – DAS GARANTIAS

14.1. A licitante vencedora deverá apresentar comprovante da prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária, no montante equivalente a 5% (cinco por cento) do valor anual do contrato.

14.1.1. Caso opte pelo seguro-garantia, a licitante vencedora terá o prazo de um mês, contado da data da homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

14.1.2. A escolha de uma das demais modalidades deverá ser apresentada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do Contrato.

14.1.2.1. O prazo suprarreferido poderá ser prorrogado por igual período, a critério e no interesse da Administração, mediante requerimento justificado da licitante vencedora.

14.1.2.2. Caso seja utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice permanecerá em vigor mesmo que não pague o prêmio nas datas convencionadas.

14.1.3. A garantia terá validade durante todo o período de execução e após 03 (três) meses do término de vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação do contrato, e será devolvida após o respectivo cumprimento fiel e integral.

14.1.4. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique a descoberto, ressalvado o disposto no art. 96, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021.

14.2. Havendo acréscimo ou supressão do objeto, a garantia será acrescida ou devolvida, conforme o caso, guardada, sempre, em todas as hipóteses, proporção de 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado do contrato.

14.3. Sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos, a garantia reverterá ao TRF4, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da licitante vencedora.

14.4. A licitante vencedora é responsável por adequar valores e prorrogar o prazo da garantia ofertada na eventual ocorrência de aditamentos à contratação originária.

14.5. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

14.5.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

14.5.2. prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

14.5.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada;

14.5.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

14.6. A modalidade seguro-garantia deverá ser contratada no ramo Segurado – Setor Público e somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no subitem 15.5, acima.

14.7. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do TRF4.

15 – DO RECEBIMENTO E PAGAMENTO

15.1. O objeto da presente licitação será recebido e pago pelo TRF4 de acordo com o constante no Anexo III – Minuta de Contrato, integrante do presente Edital.

16 – DAS SANÇÕES

16.1. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o instrumento contratual, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e sujeitá-lo-á à multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total estimado da contratação.

16.2. Nos termos da Lei n.º 14.133/2021, a licitante poderá ficar impedida de licitar e contratar com a União, pelo prazo de até 03 (três) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e das multas previstas neste Edital e no contrato, garantido o direito à ampla defesa, a licitante que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta:

16.2.1. dar causa à inexecução parcial do contrato;

16.2.2. dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

16.2.3. dar causa à inexecução total do contrato;

16.2.4. deixar de entregar a documentação exigida para o certame;

16.2.5. não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

16.2.6. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.2.7. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

16.2.8. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;

16.2.9. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

16.2.10. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

16.2.11. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

16.2.12. praticar ato lesivo à administração pública, nacional ou estrangeira, previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

16.3. Na aplicação das sanções previstas neste Edital, a Administração considerará, motivadamente, as

razões e documentos apresentados, a gravidade da falta, seus efeitos sobre as atividades administrativas e institucionais e o interesse público decorrente, bem como os antecedentes da licitante ou contratada, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o art. 156, "caput", da Lei n.º 14.133/2021.

16.4. As multas e outras penalidades aplicadas serão registradas no cadastro da licitante ou contratada, no SICAF.

16.5. Assinado o contrato (vide Anexo III), prevalecerão as sanções nele estabelecidas.

17 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. O Edital estará à disposição dos interessados no Núcleo de Licitações e Contratos, nos dias úteis, das 11h às 19h, e na internet para *download*, nos endereços eletrônicos: www.gov.br/pncp/pt-br, www.gov.br/compras/pt-br e www.trf4.gov.br.

17.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília - DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

17.3. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de ata divulgada no sistema eletrônico.

17.4. Por ocasião da análise das propostas e/ou documentação, poderá o pregoeiro diligenciar para sanar erros ou falhas, conforme art. 59 da Lei n.º 14.133/2021.

17.5. Caso verifique a possibilidade de saneamento de erros ou de falhas que não alterem a substância dos documentos e a sua validade jurídica, o pregoeiro poderá encaminhar à Comissão de Contratação os documentos de habilitação, conforme o disposto no § 1º do art. 64 da Lei n.º 14.133/2021.

17.6. As comunicações, solicitações, notificações ou intimações da Administração decorrentes desta licitação, serão publicadas no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 4ª Região ou encaminhadas via e-mail, para o endereço eletrônico indicado pela licitante na documentação/proposta apresentada, considerando-se recebida pelo destinatário/interessado, para todos os efeitos legais, na data da ciência, da publicação ou no primeiro dia útil seguinte ao do envio da mensagem eletrônica.

17.7. Informações complementares ou esclarecimentos de dúvidas relativas a esta licitação, inclusive técnicas, deverão ser solicitadas ao Núcleo de Licitações e Contratos/TRF4, das 11 às 19 horas, no endereço indicado no preâmbulo, ou pelos telefones (51) 3213-3741/3745, e e-mail: dlc@trf4.jus.br, até 03 (três) dias úteis antes da data marcada para a abertura da licitação.

17.8. As impugnações aos termos deste Edital poderão ser interpostas/encaminhadas em até 03 (três) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão desta licitação, por meio eletrônico, para o endereço dlc@trf4.jus.br, ao Núcleo de Licitações e Contratos/TRF4, sendo consideradas recebidas na data/hora de sua chegada.

17.9. As decisões/respostas às impugnações ou pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema Compras.gov.br e vincularão os participantes e a Administração, no prazo de 03 (três) dias úteis contados da data do seu recebimento, sem prejuízo da sua disponibilização na página do TRF4.

17.10. O pedido de vista aos autos do processo eletrônico, ao qual corresponde o procedimento licitatório, deverá ser solicitado pelo e-mail; dlc@trf4.jus.br, e a liberação de acesso se fará via e-mail para o solicitante.

17.11. Integram o presente Edital os seguintes anexos:

17.11.1. Anexo I – Termo de Referência;

17.11.2. Anexo II – Modelo de Proposta de Preços;

17.11.3. Anexo III – Minuta de Contrato;

17.11.4. Anexo IV – Planilha de Custos e Formação de Preços;

17.11.5. Anexo V - Acordo de Cooperação n.º 201/2022 (TRF4/CEF);

17.11.6. Anexo VII – Resolução nº 169/2013-CNJ e Instrução Normativa nº 001/2013 do CJF.

17.12. Fica eleita a Justiça Federal – Foro da Subseção Judiciária de Porto Alegre, para dirimir questões oriundas desta licitação.

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Item 01 - Prestação de serviços de operação, manutenção preventiva e corretiva do sistema de condicionamento de ar do Tribunal Regional Federal da 4ª Região.

1. OBJETO:

1.1. Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de operação e manutenção preventiva dos sistemas de condicionamento de ar e ventilação e sistemas auxiliares, do prédio-sede desta Corte, situado na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300, Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS e do prédio anexo na rua Jose Ibanor Tartarotti, 170 Bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS, de acordo com as especificações deste Termo.

1.2. A operação e manutenção do sistema de refrigeração e produção de gelo, sistema de aquecimento, sistema de ventilação forçada do prédio, bem como seus acessórios ficarão totalmente a cargo da licitante vencedora, devendo ser observado o horário de ponta da energia elétrica.

2. PESSOAL:

2.1. Devido ao porte e características da instalação de ar-condicionado do edifício, faz-se necessária a formação de uma equipe de trabalho constituída de 06 (seis) funcionários, para atuar diariamente no local, ainda que de forma alternada, observadas as seguintes qualificações:

2.1.1. **Dois - Mecânico de Manutenção de ar-condicionado** ou Mecânico de ar-condicionado e refrigeração ou Mecânico de Manutenção e instalações de aparelhos de climatização e refrigeração com registro no CFT ou CRT e formação técnica de nível médio para a operação e controle de todo o sistema, com formação de curso de operação de chillers, com carga horária mínima de 28 (vinte e oito) horas, comprovado através de diploma/certificado de conclusão;

2.1.2. **Um - operador noturno - Mecânico de Manutenção de ar-condicionado** ou Mecânico de ar-condicionado e refrigeração ou Mecânico de Manutenção e instalações de aparelhos de climatização e refrigeração para, fora do horário de ponta, à noite, sábados, domingos ou feriados, fazer cargas completas de gelo de forma a armazenar energia, na forma de frio, para fazer frente às necessidades durante os períodos de maior carga térmica e durante o horário de ponta, quando serão desligados os grupos resfriadores, com formação de curso de operação de chillers, com carga horária mínima de 28 (vinte e oito) horas, comprovado através de diploma/certificado de conclusão;

2.1.3. **Um - Técnico de manutenção eletrônica**, com registro no CFT ou CRT e formação técnica de nível médio em eletrônica, para operação do sistema de automação dos aparelhos e realizar as manutenções corretivas, preventivas dos aparelhos, circuitos e sistemas eletrônicos;

2.1.4. **Dois - Meio oficial mecânico de ar-condicionado ou** Auxiliar Mecânico de ar- condicionado ou Auxiliar Mecânico de refrigeração ou Meio oficial de mecânico de refrigeração ou Meio oficial mecânico de ar-condicionado para revisão, manutenção de todas as máquinas, equipamentos, aparelhos, instalações de todos os sistemas e para serviços gerais;

2.2. A licitante vencedora deverá manter à disposição do TRF-4ª Região um técnico de nível superior, engenheiro mecânico registrado no CREA, o qual será responsável pela manutenção dos sistemas e pela supressão das dúvidas, especialmente as técnicas, que venham a surgir durante a execução do contrato.

2.3 A licitante vencedora deverá disponibilizar demais funcionários para a execução dos serviços ora contratados, se a equipe permanente não puder solucionar problemas constatados.

2.4 A Licitante deverá indicar um dos funcionários para ocupar a função de supervisor da equipe/ chefe equipe.

3. ROTINAS DE MANUTENÇÃO E SERVIÇOS:

Os serviços a seguir especificados deverão ser realizados com a seguinte periodicidade:

Geral:

Diariamente: Ajuste dos registros, abertura e fechamento, na saída dos mangotes dos difusores tipo porta troffer.

Instalação e remanejo das luminárias com difusores de ar tipo porta troffer.

3.1. GRUPOS RESFRIADORES - "Chillers" - GR

a) Diariamente:

GR-01- Observações de ruídos e vibrações anormais.

GR-02- Verificar o funcionamento de sinalizadores operacionais.

Preencher Formulário próprio.

b) Mensalmente:

GR-03- Verificar vazamentos de óleo e coloração dos indicadores de umidade e reapertar calços e sapatas anti-vibratórias.

GR-04- Registrar pressão de sucção.

GR-05- Registrar pressão de descarga.

GR-06- Registrar pressão de lubrificação.

GR-07- Testar pressostatos.

GR-08- Verificar fixação e contato do bulbo termostático das válvulas de expansão.

GR-09- Reapertar conexões elétricas do painel de controle.

GR-10- Executar limpeza geral do painel de controle.

GR-11- Efetuar teste no sistema de recolhimento de gás.

GR-12- Verificar queda de temperatura e/ou pressão na entrada e saída dos filtros secadores, substituir se

necessário.

GR-13- Registrar diferença de temperatura de águas gelada (entrada/saída).

GR-14- Realizar teste de vazamento de gás.

GR-15- Revisar fiações internas e conexões elétricas.

c) Semestralmente:

GR-16- Verificar e registrar, o isolamento elétrico do bobinado dos compressores com o uso de megômetro.

GR-17- Executar limpeza mecânica dos tubos do condensador.

d) Anualmente:

GR-18- Testar a atuação da válvula de expansão.

GR-19- Testar estanqueidade de registro de linha e válvula de serviço.

GR-20- Realizar teste de vazamento de gás com detector eletrônico.

GR-21- Analisar impureza e rigidez do óleo dos compressores.

GR-22- Testar estanqueidade de válvulas e palhetas dos compressores.

GR-23- Reaperto geral dos parafusos dos cabeçotes dos compressores, fixação das válvulas de serviço de bomba de óleo.

3.2 - CONDICIONADORES FAN-COILS - FC

a) Diariamente:

FC-01- Observação de ruídos e vibrações anormais.

Preencher formulário próprio.

b) Semanalmente:

Verificação dos drenos e ralos dentro das casas de máquinas dos fancoils, limpeza e colocação de água nos ralos para evitar mau cheiro.

c) Mensalmente:

FC-02- Rolamentos - fixação, lubrificação ou substituição (motor ventilador).

FC-03- Alinhamento de acoplamentos mecânicos.

FC-04- Alinhamento e fixação de polias.

FC-05- Ajuste ou substituição de correias.

FC-06- Fixação ou substituição de painéis de isolamento interno.

FC-07- Limpeza da bandeja de condensador.

FC-08- Desobstrução de drenos.

FC-09- Limpeza e desobstrução mecânica de serpentinas, se necessário.

FC-10- Limpeza dos filtros de ar e filtros de água.

FC-11- Registrar temperatura da água na entrada da serpentina (válvula de controle de fluxo 100% aberta).

FC-12- Registrar temperatura da água na saída da serpentina (válvula de controle de fluxo 100% aberta).

FC-13- Registrar a pressão da água na entrada da serpentina (válvula de controle de fluxo 100% aberta).

FC-14- Registrar a pressão da água na saída da serpentina (válvula de controle de fluxo 100% aberta).

FC-15- Registrar a temperatura do ar na entrada da serpentina.

FC-16- Registrar a temperatura do ar na saída da serpentina.

FC-17- Comparar diferencial de temperatura de água gelada com projeto.

FC-18- Comparar diferencial de pressão da água gelada com projeto.

FC-19- Revisão das fiações internas e conexões elétricas dos motores.

FC-20- Registrar corrente absorvida pelo motor do ventilador e comparar com a corrente de placa.

FC-21- Registrar a tensão de alimentação do motor.

d) Anualmente:

FC-22- Executar tratamento antioxidante e repintura nas bandejas de condensação e do piso das salas dos fancoils .

3.3 - VENTILADORES/EXAUSTORES - VE

a) Diariamente:

VE-01- Observação de ruídos e vibrações anormais.

Preencher formulário próprio.

b) Mensalmente:

VE-02- Registrar a corrente absorvida pelo motor do ventilador e comparar com a corrente de placa.

VE-03- Registrar tensão de alimentação do motor.

VE-04- Rolamentos - fixação, lubrificação ou substituição se necessário (motor e ventilador).

VE-05- Alinhamento de acoplamentos mecânicos.

VE-06- Alinhamento e fixação de polias.

VE-07- Ajuste ou substituição de correias.

VE-08- Limpeza de filtros de ar.

3.4 - BOMBAS DE CIRCULAÇÃO - BC

a) Diariamente:

BC-01- Observação de ruídos e vibrações anormais.

Preencher formulário próprio.

b) Mensalmente:

BC-02- Registrar a corrente absorvida pelo motor e comparar com a corrente de placa.

BC-03- Registrar tensão de alimentação do motor.

BC-04- Polir e lubrificar manômetros e conexões.

BC-05- Inspeccionar gaxetas de vedação, substituindo quando necessário.

BC-06- Rolamentos - fixação, lubrificação, substituição (motor e bomba).

BC-07- Aferir manômetros.

c) Anualmente:

BC-08- Verificar e registrar, o isolamento elétrico do bobinado do motor com megômetro.

BC-09- Examinar existência de cargas eventualmente resultante de esforços das tubulações.

3.5 - QUADROS ELÉTRICOS - QE

a) Diariamente:

QE-01- Verificar e testar lâmpadas de sinalização.

QE-02- Efetuar a troca de elementos de sinalização avariados.

Preencher formulário próprio.

b) Semestralmente:

QE-03- Verificar elementos de fixações mecânicas - dobradiças, puxadores e fechos.

- QE-04- Verificar fixação dos componentes do quadro (contatores, relés, bases, etc.).
- QE-05- Verificar todos os acionamentos mecânicos - manoplas de seccionadoras, disjuntores- se operam corretamente.
- QE-06- Executar limpeza de bornes e contatos com tetracloreto de carbono.
- QE-07- Substituir bornes e contatos avariados.
- QE-08- Limpar câmaras de extinção de arcos, bobinas e núcleos magnéticos de contatores, se necessário substituir.
- QE-09- Verificar sobreaquecimentos de fios e cabos, nas suas extremidades e ao longo de seu percurso.
- QE-10- Verificar se a identificação de fios e cabos correspondem ao projeto.
- QE-11- Testar a operação e regulagem dos relés de tempo de partida das ligações estrela-triângulo.
- QE-12- Registrar a tensão de operação.
- QE-13- Verificar a regulagem dos relés térmicos e comparar com a indicada em projeto - ajustar se necessário.
- QE-14- Verificar condições de aterramento.
- QE-15- Executar limpeza interna dos quadros elétricos com jato de nitrogênio.
- QE-16- Reapertar sapatas de conexão aos cabos.
- QE-17- Reapertar os isoladores do barramento.
- QE-18- Aferir instrumentos de medição - voltímetros, amperímetros etc.

4. SERVIÇOS:

A licitante vencedora, na execução dos serviços ora licitados, deverá:

- 4.1. Realizar, serviços de vistorias gerais e inspeções periódicas de manutenção dos equipamentos atendidos pelo contrato e demais elementos necessários ao perfeito funcionamento do sistema de ar-condicionado.
 - 4.1.1 A operação do controle diário de temperatura do sistema de automação, excetuando-se desta a manutenção corretiva e preventiva do sistema de automação.
- 4.2. Providenciar as revisões periódicas exigidas pelos fabricantes.
- 4.3. Providenciar para que os serviços sejam executados por profissionais tecnicamente especializados e em consonância com as recomendações emanadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- 4.4. Observar as normas relacionadas com a segurança e higiene no trabalho.
- 4.5. Fornecer a seu pessoal todos os equipamentos de proteção individual e coletiva no trabalho.
- 4.6. Fornecer a seus empregados uniforme, crachás e demais acessórios de uso pessoal.
- 4.7. Promover o afastamento, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o recebimento da notificação, de qualquer dos seus empregados, sempre que solicitado pelo TRF-4ª Região.
- 4.8. Fazer com que seus empregados se submetam, durante o tempo de permanência nas dependências do TRF-4ª Região, aos regulamentos de segurança e disciplina por este baixados.
- 4.9. Cumprir os acordos e convenções coletivas firmados com o sindicato de seus empregados.
- 4.10. Fornecer os materiais necessários aos serviços de manutenção preventiva, tais como: graxas, óleos, solventes, lubrificantes em geral, tintas, lixas, produtos antiferrugem, estopas, equipamentos de pintura e todo e qualquer material necessário à limpeza dos equipamentos. Será considerado também material consumo as correias utilizadas em motores e *fan coils*, que deverão ser adequadas ao equipamento e vazão de ar necessária para equilibrar/reduzir ruído.
- 4.11. Executar os serviços para corrigir eventuais problemas no funcionamento do sistema de ar-condicionado.

4.12. Atender, no prazo máximo de 05 (cinco) horas, todos os chamados feitos em dias úteis, no horário compreendido entre 08h e 19h, para prestar serviços de emergência a qualquer equipamento ou componentes da instalação.

4.12.1. O chamado para manutenção corretiva poderá ser feito de segunda a sexta-feira, no horário das 08h às 19h, ou aos sábados, no horário de 08h às 12h horas, por telefone, fax, e-mail ou qualquer outro meio hábil de comunicação.

4.13. Prestar os serviços, objeto deste contrato, nos dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário das 08h às 20h. Manter, ainda, um operador da central durante a noite, para a fabricação de carga completa de gelo, para fazer frente às necessidades de energia acumulada na forma de gelo durante os dias mais quentes e horários de ponta de energia elétrica.

4.14. Disponibilizar equipe de plantão para atendimento, tanto nos casos de emergência que porventura se verificarem fora dos dias e horários normais de trabalho, bem como quando for necessário o funcionamento da central fora dos dias e horário normal de trabalho (neste caso será pago hora-extras conforme valor posto em nota fiscal apresentada separadamente), sempre que solicitado pelo TRF-4ª Região.

4.15. A troca de peças dos equipamentos deverá ser previamente aprovada pelo gestor ou fiscal do contrato.

4.16. Apresentar até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços:

a) Relatórios das manutenções preventivas efetuadas durante o mês, informando os serviços executados e os dias em que tais manutenções ocorreram.

4.17. Observar, na execução dos serviços contratados, as exigências dos fabricantes, as normas técnicas vigentes a respeito, bem como as especificações que vierem a ser emitidas pelo TRF-4ª Região, responsável pela fiscalização deste contrato.

4.18. Comunicar imediatamente ao TRF-4ª Região qualquer irregularidade constatada no funcionamento dos equipamentos, providenciando a execução dos serviços que julgar necessários para a segurança e bom funcionamento dos aparelhos.

4.19. Cumprir a *Portaria nº 3.523*, de 28 de agosto de 1998, do Ministério da Saúde.

4.20. A manutenção preventiva deve seguir rigorosamente as determinações da Portaria nº 3.523, de 28 de agosto de 1998, do Ministério da Saúde, que deve ser aplicada em conjunto com as recomendações de manutenção mecânica NBR 13.971 - Sistemas de Refrigeração, Condicionamento de Ar e Ventilação - Manutenção Programada da ABNT, assim como aos edifícios da Administração Pública Federal o disposto no capítulo Práticas de Manutenção, Anexo 3, itens 2.6.3 e 2.6.4 da Portaria nº 2.296/97, de 23 de julho de 1997, Práticas de Projeto, Construção e Manutenção de Edifícios Públicos Federais, do Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado - MARE. O somatório das práticas de manutenção para garantia do ar e manutenção programada visando o bom funcionamento e desempenho térmico dos sistemas, permitirá o correto controle dos ajustes das variáveis de manutenção e controle dos poluentes dos ambientes.

4.21. Todos os produtos utilizados na limpeza dos componentes dos sistemas de climatização devem ser biodegradáveis e estar devidamente registrados no Ministério da Saúde para esse fim.

4.22. Toda verificação deve ser seguida dos procedimentos necessários para o funcionamento correto do sistema de climatização.

4.23. As principais determinações da Portaria nº 3.523/98, do Ministério da Saúde, são as seguintes:

a) Manter limpos os componentes do sistema de climatização, tais como bandejas, serpentinas, ventiladores e dutos;

b) Utilizar na limpeza produtos biodegradáveis, devidamente registrados no Ministério da Saúde;

c) Restringir a utilização do compartimento onde está instalada a caixa de mistura do ar de retorno e ar de renovação ao uso exclusivo do sistema de climatização. É proibido conter, no mesmo compartimento, materiais, produtos e utensílios;

d) Descartar os resíduos sólidos retirados do sistema de climatização, após a limpeza, acondicionando-os

em sacos de material resistente e de porosidade adequada, para evitar o espalhamento de partículas inaláveis.

4.24. Estão incluídos, ainda, nos serviços ora contratados, as inspeções e manutenção dos demais equipamentos instalados em conjunto, com o objeto deste contrato, tais como, bombas de água gelada, unidades climatizadoras (fan-coil), sistema elétrico, sistema de ventilação e outros porventura existentes.

4.25. Tanto a manutenção preventiva quanto a corretiva serão realizadas nos locais em que os equipamentos estejam instalados.

4.26. A licitante vencedora terá prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis para concluir os trabalhos de manutenção corretiva que venham a ser solicitados.

4.27. O prazo de que trata o item anterior poderá, mediante solicitação escrita da licitante vencedora e à vista do grau de dificuldade apresentado pelo serviço, ser prorrogado em até 30 (trinta) dias úteis.

4.28. Caso haja necessidade de retirada de equipamentos ou de componentes dos sistemas para conserto, a licitante vencedora comunicará o fato ao funcionário do TRF-4ª Região, responsável pelo acompanhamento dos serviços que, após constatar tal necessidade, autorizará a saída.

4.29. A licitante vencedora deverá efetuar a limpeza das áreas referentes às Instalações.

4.30. Ficando constatado que o problema do equipamento decorre de defeito de fabricação, a licitante vencedora comunicará o fato ao TRF-4ª Região, a fim de que sejam tomadas as medidas necessárias com vistas a solucionar o problema.

4.31. Se durante a execução dos serviços a licitante vencedora verificar a necessidade de aplicação de gás, peças, acessórios e/ou troca de componentes, deverá informar o fato ao responsável pela fiscalização da execução do contrato.

4.32. A licitante vencedora deverá disponibilizar mão de obra e ferramentas para instalação de *Splits*, quando solicitado nas dependências do TRF4, as tubulações suportes e fluidos serão fornecidos pelo Tribunal

4.33. Caberá à licitante vencedora fornecer toda e qualquer ferramenta e/ou instrumentos necessários à execução dos serviços.

4.34. Serão de responsabilidade da licitante vencedora todas as máquinas, ferramentas, instrumentos e aparelhos necessários à execução dos serviços objeto deste contrato.

4.35. A licitante vencedora responsabiliza-se pelo depósito dos materiais, produtos, ferramentas e equipamentos alocados para execução dos serviços, não cabendo ao TRF-4ª Região qualquer responsabilidade por perdas decorrentes de roubo, furto ou quaisquer outros fatos que possam vir a ocorrer.

5. TAREFAS:

Descrição das tarefas a serem executadas pelos 06 (seis) funcionários que constituem a equipe de trabalho para atuar diariamente no local.

5.1. Cada um dos profissionais desta equipe deverá atuar no local, no mínimo, 44 horas/semanais, e também sempre que solicitado pelo TRF-4ª Região, nos casos de emergência que porventura se verificarem fora dos dias e horários normais de trabalho, bem como quando for necessário o funcionamento da central fora dos dias e horários normais de trabalho com pagamentos de horas extras.

5.2. Mecânico de Manutenção de ar- condicionado:

5.2.1. Operação, manutenção e controle de todo o sistema de refrigeração e produção de gelo, sistema de aquecimento, sistema de ventilação forçada do prédio, bem como seus acessórios, devendo ser observado o horário de ponta da energia elétrica.

5.2.2. Operação, manutenção do sistema central de climatização da sala principal de máquinas da Informática, Centro de Processamento de Dados (CPD).

5.2.3. Corrigir eventuais problemas no funcionamento do sistema de ar-condicionado.

5.2.4. Providenciar as revisões periódicas exigidas pelos fabricantes.

5.2.5. Comunicar imediatamente ao TRF-4ª Região qualquer irregularidade constatada no funcionamento dos equipamentos, providenciando a execução dos serviços que julgar necessários para a segurança e bom funcionamento dos aparelhos.

5.2.6. Vistorias gerais e inspeções periódicas de manutenção de todos os equipamentos, conforme descrição abaixo:

GRUPOS RESFRIADORES - "Chillers" - GR

a) Diariamente:

GR-01- Observações de ruídos e vibrações anormais.

GR-02- Verificar o funcionamento de sinalizadores operacionais.

Preencher Formulário próprio.

Mensalmente:

GR-03- Verificar vazamentos de óleo e coloração dos indicadores de umidade e reapertar calços e sapatas anti-vibratórias.

GR-04- Registrar pressão de sucção.

GR-05- Registrar pressão de descarga.

GR-06- Registrar pressão de lubrificação.

GR-07- Testar pressostatos.

GR-08- Verificar fixação e contato do bulbo termostático das válvulas de expansão.

GR-09- Reapertar conexões elétricas do painel de controle.

GR-10- Executar limpeza geral do painel de controle.

GR-11- Efetuar teste no sistema de recolhimento de gás.

GR-12- Verificar queda de temperatura e/ou pressão na entrada e saída dos filtros secadores, substituir se necessário.

GR-13- Registrar diferença de temperatura de águas gelada (entrada/saída).

GR-14- Realizar teste de vazamento de gás.

GR-15- Revisar fiações internas e conexões elétricas.

c) Semestralmente:

GR-16- Verificar e registrar, o isolamento elétrico do bobinado dos compressores com o uso de megômetro.

GR-17- Executar limpeza mecânica dos tubos do condensador.

d) Anualmente:

GR-18- Testar a atuação da válvula de expansão.

GR-19- Testar estanqueidade de registro de linha e válvula de serviço.

GR-20- Realizar teste de vazamento de gás com detector eletrônico.

GR-21- Analisar impureza e rigidez do óleo dos compressores.

GR-22- Testar estanqueidade de válvulas e palhetas dos compressores.

GR-23- Reaperto geral dos parafusos dos cabeçotes dos compressores, fixação das válvulas de serviço de bomba de óleo.

CONDICIONADORES FAN-COILS - FC:

a) Diariamente:

FC-01- Observação de ruídos e vibrações anormais.

Preencher formulário próprio.

b) Mensalmente:

FC-02- Rolamentos - fixação, lubrificação ou substituição (motor ventilador).

FC-03- Alinhamento de acoplamentos mecânicos.

FC-04- Alinhamento e fixação de polias.

FC-05- Ajuste ou substituição de correias.

FC-06- Fixação ou substituição de painéis de isolamento interno.

FC-07- Limpeza da bandeja de condensador.

FC-08- Desobstrução de drenos.

FC-09- Limpeza e desobstrução mecânica de serpentinas, se necessário.

FC-10- Limpeza dos filtros de ar e filtros de água.

FC-11- Registrar temperatura da água na entrada da serpentina (válvula de controle de fluxo 100% aberta).

FC-12- Registrar temperatura da água na saída da serpentina (válvula de controle de fluxo 100% aberta).

FC-13- Registrar a pressão da água na entrada da serpentina (válvula de controle de fluxo 100% aberta).

FC-14- Registrar a pressão da água na saída da serpentina (válvula de controle de fluxo 100% aberta).

FC-15- Registrar a temperatura do ar na entrada da serpentina.

FC-16- Registrar a temperatura do ar na saída da serpentina.

FC-17- Comparar diferencial de temperatura de água gelada com projeto.

FC-18- Comparar diferencial de pressão da água gelada com projeto.

FC-19- Revisão das fiações internas e conexões elétricas dos motores.

FC-20- Registrar corrente absorvida pelo motor do ventilador e comparar com a corrente de placa.

FC-21- Registrar a tensão de alimentação do motor.

c) Anualmente:

FC-22- Executar tratamento anti-oxidante e repintura nas bandejas de condensação.

- VENTILADORES/EXAUSTORES - VE

a) Diariamente:

VE-01- Observação de ruídos e vibrações anormais.

Preencher formulário próprio.

b) Mensalmente:

VE-02- Registrar a corrente absorvida pelo motor do ventilador e comparar com a corrente de placa.

VE-03- Registrar tensão de alimentação do motor.

VE-04- Rolamentos - fixação, lubrificação ou substituição se necessário (motor e ventilador).

VE-05- Alinhamento de acoplamentos mecânicos.

VE-06- Alinhamento e fixação de polias.

VE-07- Ajuste ou substituição de correias.

- BOMBAS DE CIRCULAÇÃO - BC

a) Diariamente:

BC-01- Observação de ruídos e vibrações anormais.

Preencher formulário próprio.

b) Mensalmente:

BC-02- Registrar a corrente absorvida pelo motor e comparar com a corrente de placa.

BC-03- Registrar tensão de alimentação do motor.

BC-04- Polir e lubrificar manômetros e conexões.

BC-05- Inspeccionar gaxetas de vedação, substituindo quando necessário.

BC-06- Rolamentos - fixação, lubrificação, substituição (motor e bomba).

BC-07- Aferir manômetros.

c) Anualmente:

BC-08- Verificar e registrar, o isolamento elétrico do bobinado do motor com megômetro.

BC-09- Examinar existência de cargas eventualmente resultante de esforços das tubulações.

- QUADROS ELÉTRICOS - QE

a) Diariamente:

QE-01- Verificar e testar lâmpadas de sinalização.

QE-02- Efetuar a troca de elementos de sinalização avariados.

Preencher formulário próprio.

b) Semestralmente:

QE-03- Verificar elementos de fixações mecânicas - dobradiças, puxadores e fechos.

QE-04- Verificar fixação dos componentes do quadro (contatores, relés, bases, etc.).

QE-05- Verificar todos os acionamentos mecânicos - manoplas de seccionadoras, disjuntores- se operam corretamente.

QE-06- Executar limpeza de bornes e contatos com tetracloreto de carbono.

QE-07- Substituir bornes e contatos avariados.

QE-08- Limpar câmaras de extinção de arcos, bobinas e núcleos magnéticos de contatores, se necessário substituir.

QE-09- Verificar sobreaquecimentos de fios e cabos, nas suas extremidades e ao longo de seu percurso.

QE-10- Verificar se identificação de fios e cabos correspondem ao projeto.

QE-11- Testar a operação e regulagem dos relés de tempo de partida das ligações estrela-triângulo.

QE-12- Registrar a tensão de operação.

QE-13- Verificar a regulagem dos relés térmicos e comparar com a indicada em projeto - ajustar se necessário.

QE-14- Verificar condições de aterramento.

QE-15- Reapertar sapatas de conexão aos cabos.

QE-16- Reapertar os isoladores do barramento.

QE-17- Aferir instrumentos de medição - voltímetros, amperímetros etc.

5.3. Técnico de manutenção eletrônica:

5.3.1. Operação do sistema de monitorização, via computador, instalado na central de produção da CAG.

5.3.2. Operação do sistema de automação dos aparelhos;

5.3.3. Operação do controle diário de temperatura do sistema de automação;

5.3.4. Auxiliar o mecânico sempre que solicitado.

5.3.5. Operação do sistema de automação dos aparelhos e realizar as manutenções corretivas, preventivas dos aparelhos, circuitos e sistemas eletrônicos;

5.3.6. QUADROS ELÉTRICOS - QE

a) Diariamente:

QE-01- Verificar e testar lâmpadas de sinalização.

QE-02- Efetuar a troca de elementos de sinalização avariados.

b) Semestralmente:

QE-03- Verificar elementos de fixações mecânicas - dobradiças, puxadores e fechos.

QE-04- Verificar fixação dos componentes do quadro (contatores, relés, bases, etc.).

QE-05- Verificar todos os acionamentos mecânicos - manoplas de seccionadoras, disjuntores- se operam corretamente.

QE-06- Executar limpeza de bornes e contatos com tetracloreto de carbono.

QE-07- Substituir bornes e contatos avariados.

QE-08- Limpar câmaras de extinção de arcos, bobinas e núcleos magnéticos de contatores, se necessário substituir.

QE-09- Verificar sobreaquecimentos de fios e cabos, nas suas extremidades e ao longo de seu percurso.

QE-10- Verificar se identificação de fios e cabos correspondem ao projeto.

QE-11- Testar a operação e regulagem dos relés de tempo de partida das ligações estrela-triângulo.

QE-12- Registrar a tensão de operação.

QE-13- Verificar a regulagem dos relés térmicos e comparar com a indicada em projeto - ajustar se necessário.

QE-14- Verificar condições de aterramento.

QE-15- Executar limpeza interna dos quadros elétricos com jato de nitrogênio.

QE-16- Reapertar sapatas de conexão aos cabos.

QE-17- Reapertar os isoladores do barramento.

5.4. Um operador noturno - Mecânico de Manutenção de ar-condicionado:

5.4.1. Fazer cargas completas de gelo, fora do horário de ponta, à noite, de forma a armazenar energia, na forma de frio, para fazer frente às necessidades durante os períodos de maior carga térmica e durante o horário de ponta, quando serão desligados os grupos resfriadores:

5.5.- Dois Meio-oficiais de mecânico de refrigeração:

5.5.1. Serviços gerais e auxiliar os mecânico/eletricista sempre que solicitado.

5.5.2. Manter limpos os componentes do sistema de climatização, tais como bandejas, serpentinas, ventiladores e dutos;

5.5.3. Remover do local dos serviços todo o entulho e materiais não utilizados na execução dos trabalhos.

5.5.4. Descartar os resíduos sólidos retirados do sistema de climatização, após a limpeza, acondicionando-os em sacos de material resistente e de porosidade adequada, para evitar o espalhamento de partículas inaláveis.

5.5.5. Manter limpo e sempre que necessário efetuar a limpeza das áreas referentes às Instalações.

5.5.6. Limpeza de filtros de ar.

5.5.7. Executar limpeza geral dos painéis de controle.

5.5.8. Limpeza e desobstrução mecânica de serpentinas

5.5.9. Limpeza das salas de máquinas dos fancoils.

5.5.10. Retoques e pinturas nos equipamentos e tubulações.

Observação: São de manuseio normal pela equipe de trabalho os seguintes materiais: graxas, óleos,

solventes, lubrificantes em geral, tintas, lixas, produtos antiferrugem, estopas, água sanitária, equipamentos de pintura e todo e qualquer material necessário à limpeza dos equipamentos.

6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

6.1. Anotação de Responsabilidade Técnica - ART:

Antes do início dos serviços, a empresa contratada deverá apresentar ART (anotação de responsabilidade técnica) de Engenheiro Mecânico, registrado no CREA/RS com atribuições do artigo 12 da Resolução 218/73 do CONFEA, o qual será responsável pela manutenção dos sistemas e pela totalidade dos serviços e ainda pela supressão das dúvidas, especialmente as técnicas, que venham a surgir durante a execução do Contrato.

A substituição desse profissional só será admitida, em qualquer tempo da vigência do Contrato, por outro que detenha as mesmas qualificações aqui exigidas e por motivos relevantes, justificáveis pelo PROPONENTE sob avaliação do TRF4.

6.2. Atestado de Capacidade Técnica:

Atestado de Capacidade Técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove a prestação de serviços de natureza similar do Objeto desta licitação, em contrato firmado por período não inferior a um ano, para execução de forma continuada, para uma central de refrigeração com capacidade mínima total de 248 TRs; com condensação a ar; compressores tipo parafuso; no mínimo 08 (oito) tanques de gelo com capacidade de armazenamento de gelo total de no mínimo 200 TRs ; no mínimo 38 (trinta e oito) fan-coils para água fria e água quente; sistema de monitoração, via computador e sistema de controle e automação que gerencie todo o sistema.

7. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO:

Solicitamos designar para Gestor do Contrato a Diretor do Núcleo de manutenção e para Fiscal do contrato o Supervisor do Setor de Manutenção Civil.

8. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE:

À CONTRATANTE compete:

8.1. Acompanhar e fiscalizar toda a execução do objeto contratual por intermédio do Gestor de Contrato a ser designado no contrato;

8.2. Receber, processar e decidir sobre questões, dúvidas e decisões decorrentes da execução dos serviços:

9. RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA:

9.1. A CONTRATADA deverá fornecer todos os materiais básicos necessários para a execução dos serviços, que serão prestados de acordo com o Termo de Referência;

9.2. A CONTRATADA deverá fornecer aos funcionários todos os equipamentos de proteção individual de trabalho;

9.3. A CONTRATADA deverá apresentar comprovante de vínculo com todos os empregados envolvidos na prestação dos serviços

Item 02 - Adaptação Porto-filtro

Adaptação dos filtros de ar do prédio Sede e do prédio Anexo.

1. OBJETO:

Adaptação para porta-filtros em manta nos locais que atualmente utilizam os filtros descartáveis do tipo G3 e G4 gerará economia em médio prazo bem como podemos utilizar filtros em mantas mais eficientes e

ate mesmo com camadas de filme bactericida para utilizarmos após a pandemia, melhorando o combate a vírus como COVID-19 (G4 bactericidas).

2. Descrição detalhada do serviços Instalação porta-filtros em manta.

2.1. Fornecimento e fixação de porta filtros em Chapa aço galvanizadas como medidas aproximadas de

| Dimensões (em mm) | Quantidades |
|-------------------|-------------|
| 400x540x50 | 8 |
| 370x400x50 | 48 |
| 378x360x50 | 156 |
| 378x506x50 | 24 |
| 420x570x50 | 12 |
| 670x570x25 | 18 |
| 470x430x25 | 26 |
| 560x500x25 | 48 |
| 700x670x25 | 40 |
| 670x620x25 | 80 |
| 800x630x25 | 18 |
| 670x500x25 | 23 |

2.2. Estão incluídos neste serviço a retirada dos filtros, fornecimento instalação dos suportes **COM ADAPTAÇÕES NECESSÁRIAS** para perfeita utilização e fixação.

A empresa deverá, no início do contrato vir no local dos serviços e verificar o local de instalação e as medias a serem entregues.

2.3. Locais para execução dos trabalhos de substituição dos filtros:

2.3.1.Prédio Administrativo: Salas de máquinas do ar-condicionado.

2.3.2.Prédio Judicial: Salas de máquinas do ar-condicionado.

2.3.3. Prédio Anexo: Salas de máquinas do ar-condicionado.

2.4. Deverão ser considerados como incluídos neste item, todos os materiais, acessórios, complementos, acabamentos, conformações, mão de obra e equipamentos necessários à conclusão dos serviços, mesmo que não explicitamente descritos nestas especificações, porém indispensáveis para a instalação dos mesmos perfeitamente prontos e acabados em todos os seus detalhes.

2.5.Todos os locais por onde houver o trânsito de trabalhadores deverão permanecer limpos e os locais da execução dos serviços deverão ser sinalizados e, se necessário, isolados com fitas demarcatórias.

2.6. Todo o entulho decorrente da retirada dos filtros existente e execução dos serviços deverá ser retirada do prédio para lixo publico, autorizado pelos órgãos competentes.

2.7.A empresa será responsabilizada por qualquer dano que venha ocorrer a terceiros ou ao patrimônio do TRF4.

2.8. O pagamento deste serviço será único em nota fiscal própria do valor constante no contrato.

Item 03 - Análise de ar

1. OBJETO:

Análise do ar dos prédios do Tribunal, realizadas mensalmente.

2. DIAGNÓSTICO DA QUALIDADE DO AR FINAL:

A análise biológica, química e física da qualidade do ar final deverá ser realizada todo mês.

Deverá ser realizado o diagnóstico final dos sistemas de climatização do edifício atendendo a Resolução 09/2003 da Vigilância Sanitária.

Deverá ser coletado no edifício administrativo (área de 10.050m²) duas **amostras**.

No edifício judicial (área de 25.100m²) três **amostras**.

No prédio anexo, (área de 16.654,30) duas **amostras**.

Uma amostra de tomada externa de ar para comparação em um dos locais indicados a baixo.

Deverão ser realizados exames quantitativos e qualitativos de fungos das amostras retiradas alternando os seguintes pontos locais:

- a) Ar ambiente.
- b) Ar de retorno.
- c) Ar de insuflamento.
- d) pontos de tomada de ar externo apenas 2 (dois), no nível de acesso, junto à tomada de ar externo na fachada leste do edifício Judicial e do prédio administrativo usando escada para o acesso (aproximadamente 4 m de altura do piso).
- e) Medição de CO₂.
- f) Aerodispersóis.
- g) Velocidade do ar, umidade e temperatura.

Será adotada a Resolução 09/203 da Agência Nacional de Vigilância Sanitária como parâmetro de avaliação e execução dos serviços. A análise deverá ser executada por contagem diferencial e identificação das colônias confluentes. Os resultados de análise do ar devem ser fornecidos em **ufc/m³**. O resultado do ar externo deverá ser comparado com o ar ambiente interno dos sistemas analisados de modo a atender à expressão do valor relativo (ar ambiente interior = ar ambiente externo X 1,5).

As amostras de ar deverão ser efetuadas com equipamento impactador de cascata, ou outro aparelho de tomada de ar por fluxo forçado. A coleta deverá ser executada por captação do ar em placas de Pétri em meio nutritivo próprio para fornecer um resultado quantitativo e qualitativo da amostra, sempre seguindo as normas e orientações técnicas.

A realização das coletas poderá ser feita por profissional treinado e habilitado (biólogo ou engenheiro químico) da contratada.

Em relação aos procedimentos de amostragem, medições e análises laboratoriais, considera-se como responsável técnico, o profissional que tem competência legal para exercer as atividades descritas, sendo profissional de nível superior com habilitação na área de química (Engenheiro químico, Químico e Farmacêutico) ou na área de biologia (Biólogo, Farmacêutico e Biomédico) em conformidade com a regulamentação profissional vigente no país e comprovação de Responsabilidade Técnica - RT, expedida pelo Órgão de Classe.

As análises laboratoriais e sua responsabilidade técnica devem obrigatoriamente estar desvinculadas das atividades de limpeza, manutenção e comercialização de produtos destinados ao sistema de climatização.

É permitida a subcontratação de empresa para realização do serviço.

Deverão ser considerados como incluídos neste item, todos os materiais, acessórios, complementos, acabamentos, conformações, mão de obra e equipamentos necessários à conclusão dos serviços, mesmo que não explicitamente descritos nestas especificações, porém indispensáveis para a entrega dos mesmos perfeitamente prontos e acabados em todos os seus detalhes.

A empresa contratada deverá obedecer todas as normas técnicas no que se refere a natureza destes serviços, principalmente a NR 33 e a NR 35.

Deverá ser enviado relatório junto com a documentação mensal dos relatórios do PMOC.

O pagamento será realizado dentro do valor do contrato mensal.

Item 04 - Fornecimento filtros em mantas

1. OBJETO:

Fornecimento de filtros em manta.

A cada 90 (noventa) dias, devem ser substituídos todos os filtros de ar (filtros G4 com aproximadamente 25 mm espessura com filme bactericida fornecidos em rolo) nos fan coils e nas tomadas de ar. Os filtros devem ser fornecidos pela licitante, a aquisição, armazenamento, substituição e descarte dos filtros velhos.

A quantidade trimestral a ser fornecida é de 200 m².

O pagamento deste serviço será trimestral em nota fiscal própria do valor constante no contrato.

Anexos do Termo de Referência:

Lista de equipamentos Prédio-Sede;

Lista de equipamentos Prédio Anexo.

ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

1. Razão Social da Empresa:

2. CNPJ n.º(*):

3. Endereço:

4. Telefone:

E-mail:

A empresa acima qualificada apresenta sua proposta para os serviços objeto do Pregão n.º 10/2023, de acordo com as especificações/condições constantes do Edital, seus Anexos e abaixo indicadas:

| GRUPO | ITEM | DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO | PREÇO UNIT ou GLOBAL MENSAL (R\$) | UNID. | PREÇO TOTAL (R\$) |
|-------|-------------|---|-----------------------------------|----------------------|-------------------|
| 1 | 1 | Prestação de serviços de operação, manutenção preventiva e corretiva do sistema de condicionamento de ar dos prédios do TRF4. | | 20 | |
| | 2 | Adaptação dos filtros de ar descartáveis – Porta-filtro. (discriminar os valores de material e serviço) | | 1 | |
| | 3 | Coleta mensal e análise da qualidade do ar climatizado nos prédios do TRF4, conforme Termo de Referência. | | 20 | |
| | 4 | Fornecimento, substituição e descarte de filtros em manta. | | 1.200 m ² | |
| | TOTAL GERAL | | | | |

Observação: Em caso de divergência entre o somatório dos valores, prevalecerá o de menor valor.

5. Prazo para atendimento de todos os chamados feitos em dias úteis, no horário compreendido entre 8h e 19h, para prestar serviços de emergência a qualquer equipamento ou componentes da instalação: (no máximo cinco horas, observado o que dispõe o Edital).

6. Prazo para concluir os trabalhos de manutenção corretiva que venham a ser solicitados: (no máximo trinta dias úteis, observado o que dispõe o Edital).

7. Prazo de execução dos serviços de adaptação de porta-filtro: (no máximo trinta dias úteis, observado o que dispõe o Edital).

8. Prazo de validade da proposta:..... (no mínimo sessenta dias, observado o que dispõe o Edital).

9. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE que assinará o contrato, caso vencedora do certame:

a) nome completo:

b) CPF:

c) e-mail:

d) telefone:

e) celular:

9.1. No caso do representante legal não ser dirigente cadastrado no SICAF, a licitante vencedora deverá encaminhar junto com esta proposta cópia do instrumento (procuração ou contrato social) que confere poderes para assumir obrigações em decorrência desta licitação.

ATENÇÃO: As empresas deverão requerer seu login e senha **para assinatura eletrônica do Contrato**. Maiores informações poderão ser obtidas junto à Gestão do Sistema SEI deste Tribunal, por intermédio dos telefones (51) 3213-3820/3821 e e-mail: sei@trf4.jus.br.

....., de de 2023.

ASSINATURA DO REPRESENTANTE
Carimbo CNPJ da empresa abaixo

(*) O número do CNPJ deve ser indicado claramente, devendo ser o mesmo constante da documentação do Cadastro e da Nota Fiscal, caso seja vencedora do certame.

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

Contrato n.º/2023, de prestação de serviços de operação e manutenção do sistema de condicionamento de ar, adaptação para porta-filtros, fornecimento de filtros em manta e análise da qualidade do ar climatizado dos prédios do TRF4, firmado entre o

A UNIÃO, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO, UASG 090030, com sede na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, n.º 300, em Porto Alegre - RS, inscrito no CNPJ sob o n.º 92.518.737/0001-19, a seguir denominado CONTRATANTE, neste ato representado por seu Diretor-Geral, Sr. Arnaldo Fernando Giroto, e a empresa....., com sede na....., inscrita no CNPJ sob o n.º....., endereço eletrônico, a seguir denominada CONTRATADA, neste ato representada por, Sr.(a), CPF n.º, firmam o presente Contrato de prestação do objeto abaixo descrito, oriundo da licitação na modalidade Pregão n.º 10/2023, do tipo menor preço, na forma de execução indireta, sob regime de empreitada por preço global, conforme o Edital da Licitação, proposta da licitante vencedora e Processo Administrativo em epígrafe, com fundamento na Lei n.º 14.133/2021 e Lei Complementar n.º 123/2006, Resolução n.º 169/2013, do CNJ e a Instrução Normativa nº 001/2013, do CJF e sujeitando-se as partes às determinações das normas e legislação supra indicadas, suas alterações posteriores, bem como às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1. Constitui objeto desta contratação a prestação de serviços de operação manutenção do sistema de condicionamento de ar, adaptação para porta-filtros, bem como a adaptação para porta-filtros em manta, fornecimento dos filtros G4 com filme bactericida fornecidos em rolo e análise da qualidade do ar climatizado dos prédios sede e anexo do CONTRATANTE, localizados na rua Otávio Francisco Caruso da Rocha n.º 300 e na rua José Ibanor Tartarotti, n.º 170, bairro Praia de Belas, Porto Alegre/RS, de acordo com as condições estabelecidas no Anexo I – Termo de Referência, parte integrante deste instrumento.

1.2. A operação e manutenção do sistema de refrigeração e produção de gelo, sistema de aquecimento, sistema de ventilação forçada do prédio, bem como seus acessórios ficarão totalmente a cargo da CONTRATADA, devendo ser observado o horário de ponta da energia elétrica.

1.3. Devido ao porte e características da instalação de ar-condicionado do edifício, faz-se necessária a formação de uma equipe de trabalho constituída de 06 (seis) funcionários, para atuar diariamente no local, ainda que de forma alternada, observadas as seguintes qualificações:

1.3.1. 02 (Dois) Mecânicos de Manutenção de ar-condicionado ou Mecânicos de ar-condicionado e refrigeração ou Mecânicos de Manutenção e instalações de aparelhos de climatização e refrigeração para a operação e controle de todo o sistema, com formação de curso de operação de chillers, com carga horária mínima de 28 (vinte e oito) horas, comprovado através de diploma/certificado de conclusão;

1.3.2. 01 (Um) Operador noturno - Mecânico de Manutenção de ar-condicionado ou Mecânico de ar-condicionado e refrigeração ou Mecânico de Manutenção e instalações de aparelhos de climatização e refrigeração para, fora do horário de ponta, à noite, sábados, domingos ou feriados, fazer cargas completas de gelo de forma a armazenar energia, na forma de frio, para fazer frente às necessidades durante os períodos de maior carga térmica e durante o horário de ponta, quando serão desligados os grupos resfriadores., com formação de curso de operação de chillers, com carga horária mínima de 28 (vinte e oito) horas, comprovado através de diploma/certificado de conclusão;

1.3.3. 01 (Um) Técnico de manutenção eletrônica, com registro no CFT ou CRT e formação técnica de nível médio em eletrônica, para operação do sistema de automação dos aparelhos e realizar as manutenções corretivas, preventivas dos aparelhos, circuitos e sistemas eletrônicos;

1.3.4. 02 (Dois) Meio oficiais mecânicos de ar-condicionado ou Auxiliares Mecânicos de ar-condicionado ou Auxiliares Mecânicos de refrigeração ou Meio oficiais de mecânico de refrigeração ou Meio oficial mecânico de ar-condicionado para revisão, manutenção de todas as máquinas, equipamentos, aparelhos, instalações de todos os sistemas e para serviços gerais.

1.4. Será admitida a subcontratação dos serviços de coleta, análise e diagnóstico da qualidade do ar, desde que previamente aprovada pelo Gestor.

CLÁUSULA II - DOS PRAZOS

2.1. A CONTRATADA deverá atender, no prazo máximo de 05 (cinco) horas, todos os chamados feitos em dias úteis, no horário compreendido entre 8h e 19h, para prestar serviços de emergência a qualquer equipamento ou componentes da instalação.

2.2. A CONTRATADA terá prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis para concluir os trabalhos de manutenção corretiva que venham a ser solicitados.

2.2.1. O prazo de que trata o item anterior poderá, mediante solicitação escrita da CONTRATADA e à vista do grau de dificuldade apresentado pelo serviço, ser prorrogado em até 30 (trinta) dias úteis.

2.3. O prazo para entrega de todos os materiais e execução dos serviços de adaptação dos porta-filtros será de 60 dias corridos contados da assinatura deste Instrumento.

CLÁUSULA III - DA VIGÊNCIA

3.1. A vigência deste Contrato será de 20 (vinte) meses, com termo inicial de vigência e execução em 05/11/2023, admitida a sua prorrogação na forma do art. 107 da Lei n.º 14.133/2021.

3.2. A execução completa do Contrato só acontecerá quando a CONTRATADA comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada e até o adimplemento recíproco das obrigações dele decorrentes.

3.3. O Contrato não poderá ser prorrogado quando:

3.3.1. A CONTRATADA tiver sido declarada Inidônea ou impedida de licitar ou contratar com a União ou pelo CONTRATANTE.

3.3.2. A CONTRATADA não mantiver as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, incluindo a regularidade fiscal e trabalhista.

3.3.3. A CONTRATADA não concordar com a eliminação, do valor do Contrato, dos custos fixos ou variáveis não renováveis que já tenham sido pagos ou amortizados no primeiro ano de vigência da contratação.

CLÁUSULA IV – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

4.1. Em garantia do cumprimento das obrigações ora assumidas, a CONTRATADA, atendendo ao disposto no Edital, entregará (apresentou) ao CONTRATANTE, comprovante de prestação de garantia, correspondente à 5% (cinco por cento) do valor anual do Contrato, correspondendo à importância de R\$ (.....) referente à garantia de execução.

4.1.1. A garantia terá validade durante todo o período de execução e após 03 (três) meses do término de vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação, e será devolvida após o respectivo cumprimento fiel e integral do Contrato.

4.1.2. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no art. 96, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021.

4.2. Havendo acréscimo ou supressão do objeto, a garantia será acrescida ou devolvida, conforme o caso, guardada, sempre, em todas as hipóteses, proporção de 5% (cinco por cento) sobre o valor atualizado do Contrato.

4.3. Sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos, a garantia reverterá ao CONTRATANTE, no caso de rescisão contratual por culpa exclusiva da CONTRATADA.

4.4. A CONTRATADA é responsável por adequar valores e prorrogar o prazo da garantia ofertada na eventual ocorrência de aditamentos à contratação originária.

4.5. A garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, assegurará o pagamento de:

4.5.1. prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do Contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

4.5.2. prejuízos causados à Administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato;

4.5.3. multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;

4.5.4. obrigações trabalhistas, previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pela CONTRATADA, quando couber.

4.6. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada na Caixa Econômica Federal em conta específica com correção monetária, em favor do CONTRATANTE.

4.7. O CONTRATANTE não executará a garantia somente nas seguintes hipóteses:

4.7.1. caso fortuito ou força maior;

4.7.2. alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais;

4.7.3. descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrente de atos ou fatos do CONTRATANTE; ou

4.7.4. prática de atos ilícitos dolosos por servidores da Administração.

CLÁUSULA V - DO PREÇO

5.1. Pela execução do objeto deste Contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA os seguintes valores:

5.1.1. valor mensal para a prestação de serviços de operação e manutenção preventiva dos sistemas de condicionamento de ar e ventilação de R\$... (...);

5.1.2. valor total para fornecimento e fixação de porta-filtros de R\$... (...);

5.1.3. valor mensal das análises biológicas, químicas e físicas da qualidade do ar final de R\$... (...);

5.1.4. valor do metro quadrado de filtros em manta de R\$... (...);

5.1.4.1. O pagamento somente será realizado quando da realização do serviço.

5.2. Incluídos no preço acima estão todos os impostos, taxas, encargos sociais, obrigações trabalhistas,

previdenciárias, fiscais e comerciais, bem como despesas com transporte, que correrão por conta da CONTRATADA.

5.3. Os pagamentos mensais ficam condicionados à comprovação de quitação das obrigações trabalhistas exigíveis relativas ao mês da prestação dos serviços, tais como: comprovação de pagamento de salários, vale-transporte, vale-alimentação, etc.

CLÁUSULA VI - DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

6.1. A Planilha de Custos e Formação de Preços, apresentada pela CONTRATADA por ocasião da aceitação no Pregão Eletrônico, integra este Contrato, assim como a Proposta.

6.2. A Planilha de Custos e Formação de Preços é o instrumento pelo qual o CONTRATANTE acompanhará a execução contratual no que tange ao pagamento dos funcionários da CONTRATADA, ao recolhimento dos encargos previdenciários e fundiários incidentes e demais parcelas que demonstram os custos desta contratação.

6.2.1. Os valores relativos a salários pagos aos funcionários da CONTRATADA durante a execução contratual deverão manter, no mínimo, os valores indicados na Planilha de Custos e Formação de Preços.

6.2.1.1. A fiscalização do cumprimento da Cláusula anterior será realizada mensalmente por ocasião do preparo dos pagamentos.

6.3. Igualmente, a Planilha de Custos e Formação de Preços será a base para avaliar, calcular e, se for o caso, conceder as repactuações ao Contrato, tema que é contemplado em Cláusula própria.

6.3.1. Os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação sofrerão os ajustes necessários.

6.3.1.1. No caso específico do Aviso Prévio Trabalhado, conforme entendimento do TCU, expresso no Acórdão n.º 1.186/2017 – Plenário, após o decurso de um ano o percentual inicial de 1,94% incidente sobre a remuneração deverá ser reduzido para o índice de 0,194% sobre a mesma base.

6.4. O profissional designado para a atividade de preposto não consta das planilhas detalhadas aplicadas aos demais cargos. A previsão do custo de suas atuações no Contrato estão contempladas nos Custos Indiretos, Módulo 6, “A”, da Planilha de Custos e Formação de Preço

CLÁUSULA VII - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1. As despesas atinentes à execução deste Contrato serão atendidas com os recursos assim consignados: Programa 168396 - Julgamento de Causas na Justiça Federal; Natureza da Despesa 3390.37 - Locação de mão de obra e Nota de Empenho n.º, datadas de

CLÁUSULA VIII - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. São obrigações da CONTRATADA, além das constantes do Anexo I – Termo de Referência, parte integrante deste Contrato, as previstas nesta Cláusula.

8.2. A CONTRATADA deve cumprir o objeto deste Contrato, nos termos de sua proposta, sempre em conformidade com os requisitos e as condições estabelecidas em suas cláusulas, bem como nas regras do

Edital da licitação.

8.2.1. Compete à CONTRATADA a iniciativa de informar ao CONTRATANTE toda e qualquer situação que possa comprometer a execução do objeto contratual nas condições pactuadas.

8.3. A CONTRATADA deve atender imediatamente, ou no prazo fixado, as solicitações ou exigências do CONTRATANTE relativamente à execução do seu objeto, como o cumprimento da garantia ou de obrigações acessórias.

8.4. A CONTRATADA deve entregar, mensalmente, junto com a Nota Fiscal, um relatório de manutenções preventivas e serviços executados, discriminando as tarefas realizadas e os dias em que tais manutenções ocorreram.

8.5. A CONTRATADA, antes do início dos serviços, deverá apresentar ART (anotação de responsabilidade técnica) de Engenheiro Mecânico, registrado no CREA/RS com atribuições do artigo 12 da Resolução 218/73 do CONFEA, o qual será responsável pela manutenção dos sistemas e pela totalidade dos serviços e ainda pela supressão das dúvidas, especialmente as técnicas, que venham a surgir durante a execução do Contrato.

8.5.1. A CONTRATADA deverá apresentar responsável técnico pelos procedimentos de amostragem, medições e análises laboratoriais e comprovação de Responsabilidade Técnica – RT, expedida pelo Órgão de Classe, do profissional com formação de nível superior com habilitação na área de química (Engenheiro Químico, Químico e Farmacêutico) e na área de biologia (Biólogo, Farmacêutico e Biomédico), em conformidade com a regulamentação profissional vigente.

8.5.2. A substituição desses profissionais só será admitida, em qualquer tempo da vigência do Contrato, por outro que detenha as mesmas qualificações aqui exigidas e por motivos relevantes, justificáveis pela CONTRATADA sob avaliação do CONTRATANTE.

8.6. A CONTRATADA deverá apresentar formalmente ao Gestor, no primeiro dia de vigência do Contrato, para aceitação do CONTRATANTE, preposto designado por instrumento de procuração e conferência expressa de poderes, o qual será o seu representante nas dependências do CONTRATANTE ou local de prestação dos serviços, no que se referir a execução do Contrato.

8.7. A CONTRATADA deve comprovar o vínculo societário ou empregatício do(s) profissional(is) que vier(em) prestar serviços nas dependências do CONTRATANTE mediante a apresentação do Contrato Social ou registro cadastral no SICAF, quando se tratar de sócios da empresa ou cópia autenticada do registro na CTPS, relação de empregados ou GFIP-SEFIP, quando se tratar de empregado.

8.7.1. Aplica-se o disposto no item anterior sempre que houver ingresso de novo trabalhador como executor do serviço na relação contratual.

8.8. Mensalmente, a CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal juntamente com os comprovantes **de pagamento dos salários do mês a que se refere o faturamento (recibos de depósitos bancários)**, benefícios e encargos legais, cópia da folha de pagamento analítica, em que conste como tomador o órgão contratante; cópia dos contracheques, comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros); e extratos comprobatórios do recolhimento do FGTS e do INSS ou Guias da Previdência Social (GPS) e do FGTS (GRF) dos trabalhadores alocados ao Contrato, relativos ao período exigível.

8.8.1. A critério do CONTRATANTE, será solicitado aos empregados da CONTRATADA que verifiquem se as contribuições previdenciárias e do FGTS estão sendo recolhidas em seu nome, bem como poderão ser solicitados os extratos da conta do FGTS.

8.9. A CONTRATADA deverá manter um operador da central durante a noite para a fabricação de carga completa de gelo, no intuito de fazer frente à necessidade de energia acumulada na forma de gelo durante os dias mais quentes e horários de ponta de energia elétrica. Os demais profissionais atuarão durante os dias úteis, conforme horários estabelecidos pela unidade gestora.

8.10. Na execução dos serviços, deverá a CONTRATADA observar as normas relacionadas com a segurança e higiene, fornecendo ao seu pessoal todos os equipamentos de proteção individual e coletiva de trabalho e zelando pela sua efetiva utilização.

8.11. A CONTRATADA deverá providenciar o recolhimento e o adequado descarte dos resíduos de condicionadores de ar derivados da contratação, recolhendo-os aos pontos de coleta ou centrais de armazenamento mantidos pelo respectivo fabricante ou importador, a fim de dar-lhes destinação final ambientalmente adequada, de acordo com o art. 20, IV, da Resolução nº 400/2021 do CNJ.

8.12. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, devendo comunicar imediatamente qualquer alteração que possa comprometer a sua manutenção.

8.13. Será considerada como falta grave, sujeita às sanções previstas, a falha na execução do contrato, o não recolhimento do FGTS dos empregados e das contribuições sociais previdenciárias, bem como o não pagamento do salário e demais itens previstos na Planilha de Custos e Formação de Preços, assim como vale-transporte, auxílio-alimentação etc.

8.14. Os documentos a seguir relacionados deverão ser reapresentados em até 05 (cinco) dias úteis a contar da expiração da validade, caso vençam antes do final da vigência do presente instrumento, devendo ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião de notas ou por funcionário do CONTRATANTE, ou publicação em órgão da imprensa oficial:

8.14.1 Certificado de Regularidade junto ao FGTS;

8.14.2. Certidão Negativa de Débito com o INSS;

8.14.3. Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

8.14.4. prova de regularidade para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da CONTRATADA, contemplando, no mínimo, o seguinte tributo: ICMS;

8.14.5. prova de regularidade para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da CONTRATADA, contemplando, no mínimo, o seguinte tributo: ISSQN;

8.14.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas/CNDT.

8.15. Os documentos a seguir serão consultados por ocasião da prorrogação contratual, sendo sua regularidade condição para a renovação da avença:

8.15.1. Comprovante da inexistência de registro impeditivo no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, da Controladoria-Geral da União;

8.15.2. Comprovante da inexistência de registro impeditivo no Cadastro Nacional de Empresas Punidas – Cnep, do Portal da Transparência;

8.15.2. Certidão Negativa no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do Conselho Nacional de Justiça.

8.16. O não cumprimento do objeto, prazos, condições, garantias, obrigações ou de qualquer disposição

deste Contrato, sujeita a CONTRATADA às multas e sanções nele estabelecidas.

8.17. A CONTRATADA obriga-se a cumprir, durante toda a vigência do Contrato, as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoas com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz.

8.18. Caso a CONTRATADA, na data de assinatura do presente contrato, seja optante pelo SIMPLES NACIONAL, deverá solicitar sua exclusão do mesmo em até 30 (trinta) dias, entregando ao CONTRATANTE cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura de contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra.

CLÁUSULA IX - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1. Ao CONTRATANTE compete, além das obrigações constantes do Anexo I – Termo de Referência, as que seguem:

9.1.1. acompanhar e fiscalizar toda a execução do objeto contratual por intermédio do Gestor designado neste Instrumento;

9.1.2. exigir o exato cumprimento do objeto e cláusulas contratuais;

9.1.3. receber, processar e decidir sobre questões, dúvidas, decisões ou recursos administrativos decorrentes da execução deste Contrato;

9.1.4. reter preventivamente valores correspondentes às penalidades pecuniárias cabíveis, liberando-as posteriormente, quando for o caso;

9.1.5. aplicar as multas e sanções previstas neste Contrato;

9.1.6. efetuar o pagamento do preço contratado após o recebimento definitivo do objeto e o atesto da nota fiscal pelo Gestor.

CLÁUSULA X – DA RETENÇÃO

10.1. Nos termos da Resolução n.º 169, de 31 de janeiro de 2013, do Conselho Nacional de Justiça e da Instrução Normativa nº 001/2013, do Conselho da Justiça Federal, as provisões de encargos trabalhistas relativas a férias, 1/3 constitucional, 13º salário, multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, indicadas na Planilha Custos e Formação de Preços, serão glosadas do valor mensal do contrato e depositadas em conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - na Caixa Econômica Federal, conforme o Acordo de Cooperação nº 201/2022, assinado entre o CONTRATANTE e a referida Instituição Financeira.

10.2. Os valores referentes às provisões de encargos trabalhistas, depositados na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - deixarão de compor o valor do pagamento mensal à CONTRATADA.

10.3. Os valores referentes às rubricas mencionadas no art. 4º da referida Resolução, serão retidos do pagamento mensal à CONTRATADA, independentemente da unidade de medida contratada, ou seja, posto de trabalho, homem/hora, produtividade, entrega de produto específico, ordem de serviço etc..

10.4. Eventuais despesas para abertura de conta-depósito vinculada deverão ser suportadas na taxa de administração constante na proposta comercial da CONTRATADA.

10.5. A Caixa Econômica Federal não poderá cobrar tarifa relativa aos custos de manutenção da conta a ser aberta.

10.6. Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - serão remunerados pelo índice da poupança.

10.7. Será retido do pagamento do valor mensal devido à CONTRATADA e depositado na conta-depósito vinculada, na forma estabelecida no parágrafo único do art. 1º da Resolução n.º 169/13 – CNJ, o valor das despesas com a cobrança de abertura da referida conta-corrente, caso o banco público promova desconto(s) diretamente na conta.

10.8. A CONTRATADA deverá proceder, no prazo de vinte dias, a contar da notificação do CONTRATANTE, à assinatura dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - e de termo específico da Caixa Econômica Federal que permita ao CONTRATANTE ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do CONTRATANTE, conforme modelo indicado no Acordo de Cooperação nº 201/2022. No caso de não observância do referido prazo estará a CONTRATADA sujeita às sanções previstas no instrumento contratual.

10.9. A CONTRATADA poderá solicitar autorização do CONTRATANTE, durante a vigência do Contrato, para resgatar os valores, referentes às despesas com o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas e demais parcelas de retenção dos empregados que prestam os serviços contratados, ocorridas durante a vigência do contrato mediante as devidas comprovações de pagamento nos termos da Resolução nº 169/2013 e do Acordo de Cooperação n.º 201/2022, referido acima:

10.9.1. a movimentação dos recursos na conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - se dará mediante solicitação ou autorização do CONTRATANTE;

10.9.2. o acesso à conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - pelo CONTRATANTE, fica condicionado à expressa autorização, em caráter irrevogável e irretratável, por parte da CONTRATADA, nos termos do Anexo V do referido Acordo de Cooperação.

10.10. A ocorrência de eventos previstos no art. 12 da Resolução n.º 169/2013 – CNJ permitem liberações de verbas mesmo após a extinção do Contrato, desde que comprovado tratar-se dos empregados alocados pela CONTRATADA para prestação dos serviços no período de sua vigência.

10.11. Com a assinatura do presente contrato, a CONTRATADA autoriza o CONTRATANTE a realizar o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando estes não forem adimplidos.

CLÁUSULA XI - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

11.1. Para a gestão, acompanhamento, fiscalização e avaliação da execução do objeto deste Contrato, o CONTRATANTE designa para Gestor o Diretor do Núcleo de Manutenção – NUMAN, para Fiscal Técnico, o Supervisor do Setor de Manutenção Civil (SETMAN) e para Fiscal Administrativo, o Diretor do Núcleo de Compras e Pesquisa de Preços da Diretoria Administrativa (dicom@trf4.jus.br), cujas atuações se darão no interesse exclusivo da Administração.

11.1.1. O Gestor deste Contrato poderá ser contatado diretamente no 6º andar do Prédio Administrativo da

sede do CONTRATANTE, pelos telefones (51) 3213-3816 e e-mail: numan@trf4.jus.br.

11.1.2. O Fiscal Técnico deste Contrato poderá ser contatados diretamente no 6º andar do Prédio Administrativo da sede do CONTRATANTE, pelo telefone (51) 3213-3715;

11.1.3. O Fiscal Administrativo deste Contrato poderá ser contatados diretamente no 7º andar do Prédio Administrativo da sede do CONTRATANTE, pelo telefone (51) 3213-3760.

11.2. Ao Gestor compete, entre outras atribuições:

11.2.1. orientar e coordenar a fiscalização e o acompanhamento da execução do objeto contratual, prazos e condições estabelecidas neste Instrumento e seus Anexos;

11.2.2. exigir da CONTRATADA o exato cumprimento do objeto contratado, nos termos e condições previstas neste Contrato, inclusive quanto às obrigações acessórias;

11.2.4. encaminhar à Diretoria Administrativa relato circunstanciado de todos os fatos e ocorrências que caracterizem atraso ou descumprimento de obrigações assumidas e que sujeitam a CONTRATADA às multas ou sanções previstas neste Contrato, discriminando em memória de cálculo, se for o caso, os valores das multas aplicáveis;

11.2.6. efetuar o “recebimento definitivo” e o atesto da nota fiscal, encaminhando-a imediatamente ao Núcleo de Cálculos e Controle de Pagamentos da Diretoria Administrativa;

11.2.7. na hipótese de descumprimento total ou parcial do objeto ou de disposição contratuais, adotar imediatamente as medidas operacionais e administrativas necessárias à notificação da CONTRATADA para o cumprimento incontinenti das obrigações inadimplidas;

11.2.8. analisar e manifestar-se circunstanciadamente sobre justificativas e documentos apresentados pela CONTRATADA por atraso ou descumprimento de obrigação contratual, submetendo tudo imediatamente à consideração da autoridade administrativa competente.

11.3. Ao Fiscal Técnico compete, entre outras atribuições:

11.3.1. acompanhar, fiscalizar e exigir da CONTRATADA o exato cumprimento do objeto, nos termos e condições previstas neste Instrumento e seus anexos;

11.3.2. prestar à CONTRATADA as orientações e esclarecimentos necessários à execução do objeto contratual, inclusive as de ordem técnica afetas ao seu cargo efetivo, função comissionada ou formação profissional;

11.3.3. anotar em registro próprio ou formulário equivalente e comunicar ao Gestor sobre eventuais intercorrências operacionais, as medidas adotadas para a respectiva solução, bem como as orientações, esclarecimentos e solicitações verbais efetuadas à CONTRATADA;

11.3.4. efetuar o recebimento provisório e, se for o caso, adotar imediatamente as medidas operacionais e administrativas necessárias à ciência da CONTRATADA para que proceda, incontinenti, a retificação ou substituição de serviço ou produto entregue em desacordo com o objeto ou disposições deste Contrato e seus Anexos;

11.3.5. assessorar o recebimento definitivo, certificando-se que o objeto fornecido atende a todos os requisitos físicos e técnicos e especificações de quantidade e de qualidades, preço e prazos entre outras condições previstas neste Instrumento e seus Anexos.

11.4. Ao Fiscal Administrativo compete, entre outras atribuições:

11.4.1. Fiscalizar o contrato quanto aos aspectos administrativos.

11.5. A gestão, acompanhamento e fiscalização de que trata esta Cláusula serão exercidos no interesse exclusivo da Administração e não excluem em hipótese alguma as responsabilidades da CONTRATADA, inclusive perante terceiros.

11.6. Caso os gestores/fiscais designados venham a ser alterados durante a vigência deste Contrato, a nova designação se dará por ato próprio da Administração, dispensando-se a lavratura de termo aditivo.

CLÁUSULA XII – DO RECEBIMENTO E DO PAGAMENTO

12.1. Serão realizados pagamentos mensais com a liberação do pagamento dos serviços efetivamente executados.

12.2. A CONTRATADA deverá apresentar ao Gestor, por ocasião dos pagamentos mensais, Nota Fiscal discriminada dos materiais e/ou serviços fornecidos, sem prejuízo dos demais documentos determinados neste Contrato e seus anexos, em especial os previstos no item 8.8. deste Contrato:

"8.8. Mensalmente, a CONTRATADA deverá apresentar nota fiscal juntamente com os comprovantes de pagamento dos salários do mês a que se refere o faturamento (recibos de depósitos bancários), benefícios e encargos legais, cópia da folha de pagamento analítica, em que conste como tomador o órgão contratante; cópia dos contracheques, comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros); e extratos comprobatórios do recolhimento do FGTS e do INSS ou Guias da Previdência Social (GPS) e do FGTS (GRF) dos trabalhadores alocados ao Contrato, relativos ao período exigível."

12.3. A Nota Fiscal entregue pela CONTRATADA deverá conter, obrigatoriamente:

12.3.1. a razão social completa e o número no CNPJ de acordo, que deverão ser os mesmos constantes da proposta, da nota de empenho e do Contrato;

12.3.2. o nome e o número do banco, o nome e o número da agência e o número da conta-corrente da CONTRATADA;

12.3.3. a informação destacada do valor do Imposto de Renda e das contribuições a serem retidas ou, estando amparada por isenção, não incidência ou alíquota zero, do respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total e no percentual total correspondente à natureza do bem ou serviço.

12.4. O recebimento do objeto contratual observará o seguinte procedimento:

12.4.1. "Recebimento provisório": será lavrado na data da entrega do bem e/ou serviço e do respectivo faturamento, de acordo com o disposto no art. 140, incisos I e/ou II, alínea "a", da Lei n.º 14.133/2021, não implicando em reconhecimento da regularidade do fornecimento ou do serviço, nem do respectivo faturamento.

12.4.2. "Recebimento definitivo": será lavrado em até 10 (dez) dias corridos após o "recebimento provisório", de acordo com o disposto no art. 140, incisos I e/ou II, alínea "b", da Lei n.º 14.133/2021, compreendendo a aceitação do bem e/ou do serviço, segundo a quantidade, características físicas e especificações técnicas contratadas.

12.4.3. "Atesto", será lavrado após o "recebimento definitivo", compreendendo a execução do objeto da contratação, a regularidade do faturamento, da situação jurídico-fiscal, previdenciária e trabalhista da CONTRATADA e o cumprimento das demais obrigações contratualmente previstas.

12.4.4. não sendo o caso de termo circunstanciado, o "atesto" supre os efeitos do "recebimento definitivo";

12.4.5. o não cumprimento pela CONTRATADA de todas as condições para o "atesto", implicará em suspensão do prazo para o pagamento, bem como a sua responsabilidade por eventuais ônus decorrentes de atraso no recolhimento dos impostos e contribuições incidentes sobre o faturamento apresentado, sem prejuízo das penalidades contratuais previstas.

12.5. O pagamento do objeto contratual será efetuado por meio de depósito em conta-corrente, no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data do atesto na Nota Fiscal.

12.5.1. O atesto somente será emitido após a integral comprovação da quitação das obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias.

12.5.1. O pagamento dos salários dos empregados pela CONTRATADA deverá ser feito por depósito bancário, na conta dos empregados, em agências situadas na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços.

12.6. Por ocasião do pagamento, serão efetuadas as retenções determinadas em lei, sem prejuízo das retenções previstas neste instrumento.

12.7. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pela CONTRATANTE, entre a data de vencimento e a do dia do efetivo pagamento da Fatura/Nota Fiscal, a serem incluídos em fatura do mês seguinte ao da ocorrência, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga;

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = i/365$$

$$I = (6/100)/365$$

$$I = 0,00016438$$

Onde i = taxa percentual anual no valor de 6%

CLÁUSULA XIII – DA MORA

13.1. O atraso na execução do objeto contratado, sem justificativa por escrito aceita pelo CONTRATANTE, constitui a CONTRATADA em mora, sujeitando-a à multa de 0,3% (três décimos por cento) por dia de atraso, apurada sobre o valor total da obrigação em atraso, a contar da data final do prazo estipulado para execução do objeto, observado o limite de 12% (doze por cento).

13.2. Ocorrendo hipótese de multa de mora, o valor correspondente será retido cautelarmente pela Administração por ocasião do pagamento do objeto contratado e, conforme o caso, oportunamente devolvido à CONTRATADA ou recolhido definitivamente ao Tesouro Nacional.

13.3. Na ocorrência de atraso injustificado na execução do objeto, fica facultado à Administração reconhecer a ocorrência de hipótese de rescisão contratual prevista no art. 162, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021, sujeitando-se a CONTRATADA às multas e penalidades previstas (sanções).

13.4. A inobservância do prazo fixado para as obrigações acessórias de apresentação/pagamento da ART e RT (cláusula 8.5) acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor da

obrigação por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

13.4.1. O atraso referido no item acima quando superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a aplicação das sanções previstas no art. 156 da Lei n.º 14.133/2021.

13.5. A inobservância do prazo fixado para a apresentação da garantia de execução acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso, observado o máximo de 2% (dois por cento).

13.5.1. O atraso referido no item acima quando superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza o CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inc. I do art. 137 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA XIV – DAS SANÇÕES

14.1. O inadimplemento total ou parcial do objeto, sujeitará a CONTRATADA à multa de 20% (vinte por cento), aplicável sobre a parcela inadimplida.

14.2. O não cumprimento de obrigação acessória sujeitará a CONTRATADA à multa de 5% (cinco por cento) do valor do faturamento a que corresponde a obrigação.

14.2.1. Considera-se obrigação acessória toda a ação ou omissão exigível da CONTRATADA em decorrência da aplicação de dispositivo contratual, que não seja inerente ao objeto da contratação ou ao prazo de execução.

14.3. Na forma prevista no art. 156, § 2º, da Lei n.º 14.133/2021, além das sanções pecuniárias estabelecidas neste instrumento, a CONTRATADA estará sujeita à sanção de advertência, prevista no inciso I daquele dispositivo, quando der causa à inexecução parcial do Contrato.

14.4. Nos termos do art. 156, § 4º, da Lei n.º 14.133/2021, a CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação de multa contratual e demais cominações legais, poderá ficar, pelo prazo de até 3 (três) anos, impedida de licitar e contratar com a Administração Pública direta e indireta da União Federal, além de descredenciada do SICAF, no caso de:

14.4.1. dar causa à inexecução parcial do Contrato que cause grave dano ao CONTRATANTE, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

14.4.2. dar causa à inexecução total do Contrato;

14.4.3. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

14.5. Nos termos do art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021, sem prejuízo da aplicação de multa contratual e demais cominações legais, a CONTRATADA poderá ficar, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, impedida de licitar e contratar com a União, Estados e Municípios, suas Autarquias e Fundações, além de descredenciada do SICAF, pelas infrações previstas no item anterior que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, e no caso de:

14.5.1. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a execução do Contrato;

14.5.2. fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do Contrato;

14.5.3. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

14.5.4. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

14.5.5. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

14.6. Na aplicação das sanções previstas neste Contrato, a Administração considerará, motivadamente, a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes, os danos que dela provierem para a Administração Pública, a implantação ou o aperfeiçoamento de programas de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle, bem como os antecedentes da CONTRATADA, sendo facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, nos termos do que dispõem os arts. 157 e 158 da Lei n.º 14.133/2021.

14.7. Aplica-se às hipóteses de multas de que trata esta Cláusula, o mesmo procedimento de retenção do valor correspondente previsto para a multa de mora.

14.8. As multas ou outras penalidades aplicadas, inclusive no caso de mora, serão registradas no histórico da CONTRATADA, no SICAF.

14.9. A aplicação das sanções previstas nesta Cláusula não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

CLÁUSULA XV – DA RESPONSABILIDADE CIVIL

15.1. A CONTRATADA responderá integralmente por qualquer irregularidade, ilegalidade, prejuízo e dano moral, pessoal ou material que ela, seus prepostos, empregados venham a causar ao patrimônio, a agentes públicos ou a terceiros, quando da execução do objeto deste Contrato.

15.1.1. O acompanhamento e fiscalização do objeto contratual exercidos pelo CONTRATANTE, não exclui em hipótese alguma as responsabilidades da CONTRATADA, nem implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes, inclusive perante terceiros.

15.1.2. O CONTRATANTE estipulará prazo razoável para o saneamento de irregularidade ou ilegalidade, bem como a reparação ou indenização de eventuais prejuízos ou danos causados ao patrimônio, a agentes públicos ou a terceiros.

CLÁUSULA XVI – DAS ALTERAÇÕES

16.1. Este Contrato poderá ser alterado unilateralmente ou por acordo entre as partes, nos casos previstos no art. 104 e art. 124, e poderá ser extinto consoante disposição do art. 106, inciso III, c/c os art. 137 e 138, todos da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA XVII - DO REAJUSTE

17.1. Os valores constantes na Cláusula do Preço serão reajustados após a periodicidade de um ano, contada da data do orçamento estimado pela Administração (xx/xx/2023), ou da última atualização do valor contratual, em conformidade com os §§ 3º e 4º, “I”, do art. 92 da Lei nº 14.133/2021.

17.1.1. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

17.2. O reajustamento contratual será feito com base na variação do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - calculado e divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro indexador que a legislação determinar, de acordo com a fórmula a seguir:

$R = ((I - I_0)/I_0) \times V$, onde:

R = Valor do reajustamento procurado.

I = Índice da data do reajuste.

I_0 = Índice da data do orçamento estimado pela Administração.

V = Valor Contratual.

CLÁUSULA XVIII – DA REPACTUAÇÃO

18.1. É admitida repactuação deste Contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de um ano conforme estabelece o art. 92, § 4º da Lei n.º 14.133/2021.

18.1.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quanto forem necessárias em respeito ao princípio da anualidade do reajuste dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

18.1.3. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

18.1.4. A repactuação para reajuste do contrato em razão de novo acordo, dissídio ou convenção coletiva deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

18.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado a partir:

18.2.1. da data limite para apresentação das propostas constante do instrumento convocatório, em relação aos custos com a execução do serviço decorrentes do mercado, tais como o custo dos materiais e equipamentos necessários à execução do serviço; ou

18.2.2. da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão-de-obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

18.3. Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

18.4. As repactuações serão precedidas de solicitação da CONTRATADA, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação da planilha de custos e formação de preços ou do novo acordo convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, conforme for a variação de custos objeto da repactuação.

18.4.1. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

18.4.2. Quando da solicitação da repactuação para fazer jus a variação de custos decorrente do mercado, esta somente será concedida mediante a comprovação pelo contratado do aumento dos custos, considerando-se:

18.4.2.1. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;

18.4.2.2. as particularidades do contrato em vigência;

18.4.2.3. a nova planilha com variação dos custos apresentada;

18.4.2.4. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes; e

18.4.2.5. a disponibilidade orçamentária do CONTRATANTE.

18.4.3. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

18.4.3.1. Este prazo ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela contratante para a comprovação da variação dos custos;

18.4.4. As repactuações, como espécie de reajuste, serão formalizadas por meio de apostilamento, e não poderão alterar o equilíbrio econômico e financeiro dos contratos, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, em que deverão ser formalizadas por aditamento.

18.4.5. O CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.

18.4.6. As repactuações a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência deste instrumento serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

CLÁUSULA XIX - DOS ANEXOS

19.1. Integram este Contrato, como anexos, as cópias da proposta apresentada pela CONTRATADA (doc.), do Anexo I – Termo de Referência (doc.) e da Ata de Realização do Pregão (doc.) das quais os signatários declaram ciência.

19.2. Prevalecem as disposições deste Instrumento em face de condições discordantes constantes da proposta da CONTRATADA ou que impliquem prejuízo às prerrogativas da Administração, estabelecidas no artigo 104 da Lei n.º 14.133/2021.

CLÁUSULA XX – DO CÓDIGO DE CONDUTA

20.1. Conforme o Art. 5º do Código de Conduta da Justiça Federal, instituído pela Resolução n.º 147 – CJP de 15/04/2011, o CONTRATANTE não será tolerante com atitudes discriminatórias ou preconceituosas de qualquer natureza, em relação a etnia, a sexo, a religião, a estado civil, a orientação sexual, a faixa etária ou a condição física especial, nem com atos que caracterizem proselitismo partidário, intimidação, hostilidade ou ameaça, humilhação por qualquer motivo ou assédio moral e sexual.

20.1.1. As atitudes discriminatórias ou preconceituosas previstas neste item considerar-se-ão como não cumprimento de obrigação acessória, sujeitando a CONTRATADA às multas previstas na Cláusula relativa às sanções, constante deste Instrumento.

CLÁUSULA XXI - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

21.1. Para efeitos desta Cláusula, CONTRATANTE e CONTRATADA passam a ser referidos como PARTES.

21.2. As PARTES, por si e por seus colaboradores, comprometem-se a atuar no presente Contrato em conformidade com a Legislação vigente sobre Privacidade, Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais e com as determinações de órgãos reguladores/fiscalizadores sobre a matéria, em especial a Lei n.º 13.709/2018 e a Resolução n.º 363/2021 – CNJ.

21.3. A coleta, processamento e armazenamento de informações e dados pessoais coletados em decorrência do objeto deste Termo, ou sua operacionalização, será realizada pelas PARTES visando unicamente ao cumprimento de seu objeto, dentro de seu escopo e segundo sua permissão e finalidade de acesso.

21.4. As PARTES declaram que os dados pessoais coletados no presente Contrato serão aqueles estritamente necessários para o cumprimento das obrigações assumidas, e não sofrerão nenhum outro tipo de tratamento, nos termos do artigo 7º, inciso IX da Lei n.º 13.709/18.

21.5. As PARTES se comprometem a utilizar e manter medidas de segurança administrativas, técnicas e físicas apropriadas e suficientes para proteger a confidencialidade e integridade de todos os dados pessoais mantidos ou consultados/transmitidos eletronicamente, para garantir a proteção desses dados contra acesso não autorizado, destruição, uso, modificação, divulgação ou perda acidental ou indevida, bem como para fornecer acesso aos titulares de tais dados caso solicitado.

21.6. As PARTES comprometem-se a treinar e orientar seus colaboradores sobre as disposições legais aplicáveis em relação à proteção de dados.

21.7. As PARTES declaram, garantem e concordam que as Informações e Dados Pessoais, quando compartilhadas entre ambas, serão tratadas como confidenciais e sigilosas, mantendo acesso restrito e, exclusivamente, às pessoas que necessitem deles ter conhecimento para cumprimento das obrigações contratuais estabelecidas.

21.8. Cada PARTE se compromete a obter e apresentar a outra PARTE, sempre que necessário, e mediante solicitação prévia, os respectivos Termos de Consentimento e Autorização dos titulares para tratamento dos dados pessoais dos quais forem Controladoras, bem como, os respectivos Termos de Compromisso e Responsabilidade pelo Acesso e Tratamento de dados realizado por seus colaboradores.

21.9. Os dados pessoais não poderão ser revelados a terceiros, com exceção da prévia autorização por escrito da outra PARTE, quer direta ou indiretamente, seja mediante a distribuição de cópias, resumos, compilações, extratos, análises, estudos ou outros meios que contenham ou de outra forma reflitam referidas informações.

21.10. Caso uma das PARTES seja obrigada, por determinação legal, a fornecer dados pessoais a uma autoridade pública, deverá informar previamente à outra PARTE para que esta tome as medidas que julgar cabíveis.

21.11. Cada PARTE deverá notificar à outra em até 24 (vinte e quatro) horas a respeito de qualquer não cumprimento, ainda que suspeito, das disposições legais relativas à proteção de Dados Pessoais, que possa caracterizar um Incidente de Privacidade, como destruição acidental ou ilegal, perda, alteração, divulgação não autorizada ou acesso a dados de Informações Pessoais transmitidos, armazenados ou processados de outra forma, informando, ainda, a natureza do Incidente de Privacidade, as categorias e número aproximado de titulares de dados e registros de Informações Pessoais impactados por tal Incidente de Privacidade.

21.12. As PARTES concordam em cooperar plenamente uma com a outra, investigar e resolver qualquer incidente de privacidade e fornecer à outra PARTE qualquer informação necessária para a solução do incidente, minimizando todos os impactos causados.

21.13. As PARTES responsabilizam-se, integralmente, por qualquer violação, comprometimento e/ou vazamento de dados a que derem causa, durante e em decorrência da execução Contrato, seja direta ou indiretamente, devendo indenizar os danos que causarem, seja à outra PARTE ou a um titular de dado, seja ele patrimonial, moral, individual ou coletivo ainda que por culpa ou dolo de terceiros que, em seu nome, atuem no tratamento de dados pessoais.

21.14. Encerrada a vigência do Contrato ou não havendo mais necessidade de utilização dos dados pessoais, sensíveis ou não, as PARTES interromperão o tratamento e, em no máximo 30 (trinta) dias, sob instruções e na medida do determinado pelo CONTRATANTE, eliminarão completamente os dados pessoais e todas as cópias porventura existentes (em formato digital, físico ou outro qualquer), na forma do artigo 16 da Lei n.º 13.709/2018, salvo quando necessitem mantê-los para cumprimento de obrigação legal ou outra hipótese prevista na mesma norma.

CLÁUSULA XXII – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. As comunicações, solicitações, notificações ou intimações da Administração decorrentes desta contratação, serão feitas pessoalmente, publicadas no Diário Eletrônico da Justiça Federal da 4ª Região ou encaminhadas via e-mail, para o endereço eletrônico indicado pela CONTRATADA na documentação/proposta apresentada, considerando-se recebida pelo destinatário/interessado, para todos os efeitos legais, na data da ciência, da publicação ou no primeiro dia útil seguinte ao do envio da mensagem eletrônica.

22.2. Todos os documentos exigidos em razão do presente Contrato, deverão ser apresentados em original, por publicação oficial ou cópia autenticada por tabelião ou servidor de unidade do CONTRATANTE, responsável pela sua instrução.

22.3. A CONTRATADA DECLARA a inexistência, no seu quadro societário, de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau, inclusive, dos magistrados ocupantes de cargos de direção ou no exercício de funções administrativas, assim como de servidores ocupantes de cargos de direção, chefia e assessoramento vinculados direta ou indiretamente às unidades situadas na linha hierárquica da área encarregada da licitação, o que implicaria impedimento à assinatura do instrumento de contrato, consoante determinado na Resolução nº 229, de 22/06/2016, do Conselho Nacional de Justiça.

22.3.1. O impedimento estende-se na hipótese de ter a CONTRATADA, no quadro de pessoal, empregados destinados à prestação de serviços decorrentes deste Contrato, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargo de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao CONTRATANTE, consoante determinado na Resolução nº 07, de 18/10/2005, do Conselho Nacional de Justiça.

22.4. O presente Instrumento será firmado através de sistema de assinatura eletrônica, certificada pelo Sistema Eletrônico de Informações do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, garantida a eficácia das Cláusulas cujo compromisso é assumido.

CLÁUSULA XXIII – DA PUBLICIDADE

23.1. Em cumprimento ao parágrafo único do art. 91, *caput* da Lei n.º 14.133/2021, o CONTRATANTE promoverá a publicação deste Contrato em sítio eletrônico oficial.

CLÁUSULA XXIV - DO FORO

24.1. Fica eleita a Justiça Federal – Foro da Subseção Judiciária de Porto Alegre, para dirimir questões oriundas deste Ajuste.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente Instrumento, em meio eletrônico, constante no Processo Administrativo em epígrafe, através do Sistema Eletrônico de Informações do CONTRATANTE.



Documento assinado eletronicamente por **MARCO ANTONIO ACOSTA PINTO**, **Diretor do Núcleo de Licitações e Contratos**, em 20/07/2023, às 18:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **6760035** e o código CRC **86CE09E9**.



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO
Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 300 - Bairro Praia de Belas - CEP 90010-395 - Porto Alegre - RS - www.trf4.jus.br

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA TRF4 Nº 201/2022

ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA N.º 201/2022, QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO E A CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, COM A FINALIDADE DE ABERTURA E OPERACIONALIZAÇÃO DE CONTAS PARA DEPÓSITOS VINCULADOS A CONTRATOS DE SERVIÇOS. PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 11.1.000076869-2.

O **TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 4ª REGIÃO**, com sede na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, n.º 300, em Porto Alegre - RS, inscrito no CNPJ sob o n.º 92.518.737/0001- 19, representado neste ato por seu Presidente, Desembargador Federal Ricardo Teixeira do Valle Pereira, portador da carteira de identidade n.º 894872/SSP-SC e CPF n.º 528.701.549-68, a seguir denominado **TRF4**, e a **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**, instituição financeira sob a forma de empresa pública com sede em Brasília - DF, no SBS, Quadra 04, Lotes 3 e 4, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.360.305/0001-04, neste ato representado por seu Superintendente de Rede, Sr. Ricardo Bier Troglio, portador da carteira de identidade n.º 7036462591 SSP/RS e CPF n.º 393.212.400-63, a seguir denominado **CAIXA**, firmam o presente **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**, com base no artigo 116 e parágrafos da Lei n.º 8.666/93, e fundamento na Instrução Normativa n.º 02 SLTI/MPOG de 2008 e suas alterações e na Resolução n.º 169 do CNJ, e suas alterações, sujeitando-se as partes às determinações da legislação supra e suas posteriores alterações, bem como às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS DEFINIÇÕES

1.1 Para efeito deste Acordo entende-se por:

- 1) **CLT**: Consolidação das Leis do Trabalho.
- 2) **Proponente**: pessoa física ou jurídica que possui Contrato firmado com o **TRF4**.
- 3) **Rubricas**: itens que compõem a planilha de custos e de formação de preços de contratos firmados pelo **TRF4**.
- 4) **Conta Vinculada - bloqueada para movimentação**: conta-corrente aberta em nome dos **Proponentes** de cada Contrato firmado, a ser utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.
- 5) **Usuário(s)**: servidor(es) do **TRF4**, e por ele formalmente indicado(s), com conhecimento das chaves e senhas para acesso aos aplicativos instalados nos sistemas de Auto Atendimento do **CAIXA** e para consultas das **Contas Vinculadas**, via **GOVCONTA CAIXA**.
- 6) Sistema **GOVCONTA CAIXA**: Sistema de acesso via Internet que permite o gerenciamento de forma centralizada das respectivas Contas Vinculadas.
- 7) **GovConta CAIXA**: Conta virtual gerada pelo sistema **GOVCONTA CAIXA** a qual são agregadas as **Contas Vinculadas**.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO

2.1. O presente instrumento tem por objetivo regulamentar o estabelecimento dos serviços de abertura de contas específicas destinadas a abrigar os recursos retidos referentes aos encargos trabalhistas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos de mão de obra firmados pelo **TRF4** com empresas contratadas para prestar serviços de forma contínua, por meio de dedicação exclusiva, bem como viabilizar o acesso do **TRF4** aos saldos e extratos das contas abertas, através do sistema **GOVCONTA CAIXA**.

2.2. Para cada **Contrato** será aberta uma **Conta Vinculada - bloqueada para movimentação** - em nome do **Proponente** do **Contrato**.

2.2.1. Será aberta uma **GovConta CAIXA** em nome do **TRF4**.

2.2.2. As **Contas Vinculadas** abertas em nome dos **Proponentes** serão vinculadas à **GovConta CAIXA** aberta em nome do **TRF4**.

2.3. A conta será exclusivamente aberta para recebimento de depósitos dos recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e de formação de preços dos contratos firmados pelo **TRF4**, pagos aos **Proponentes** dos **Contratos**, e será denominada **Conta Vinculada – bloqueada para movimentação**.

2.4. A movimentação dos recursos na **Conta Vinculada – bloqueada para movimentação** – será providenciada exclusivamente à ordem do **TRF4**.

2.5. Será facultada ao **TRF4** a movimentação de recursos da **Conta Vinculada – bloqueada para movimentação** – para a Conta Única do Tesouro Nacional.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO FLUXO OPERACIONAL

3.1. A abertura, captação e movimentação dos recursos se dará conforme o fluxo operacional a seguir:

1º) O **TRF4** firma o Contrato com os **Proponentes**.

2º) O **TRF4** envia à **CAIXA** ofício na forma do Anexo I para abertura de **Contas Vinculadas – bloqueadas para movimentação** – em nome dos **Proponentes** que tiverem Contrato firmado.

3º) O **TRF4** comunica aos **Proponentes**, na forma do Anexo VII, a abertura das **Contas Vinculadas – bloqueadas para movimentação**, orientando-os a comparecer à Agência da **CAIXA**, para providenciar a regularização, entrega de documentos e assinatura da autorização, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo V, para que o **TRF4** possa ter acesso aos saldos e extratos da conta vinculada, bem como solicitar movimentações financeiras.

4º) A **CAIXA** recebe o ofício pelo **TRF4** e abre **Contas Vinculadas – bloqueadas para movimentação** –, em nome dos **Proponentes**.

5º) A **CAIXA** envia ao **TRF4** ofício de retorno nos termos do Anexo II contendo o número das **Contas Vinculadas – bloqueadas para movimentação** – abertas em nome dos **Proponentes**, bem como as eventuais rejeições, indicando seus motivos.

6º) O **TRF4** credita mensalmente recursos retidos da planilha de custos e de formação de preços do contrato firmado pelo **TRF4** com os **Proponentes** nas **Contas Vinculadas – bloqueadas para movimentação** – abertas e mantidas exclusivamente nas agências da **CAIXA**, mediante emissão de Ordem Bancária, na forma estabelecida pelo **TRF4** e pela **CAIXA**.

7º) O **TRF4** envia à **CAIXA** ofício comunicando o crédito a favor dos **Proponentes** e solicitando o bloqueio dos valores creditados.

8º) A **CAIXA** recebe o ofício pelo **TRF4** e efetua o bloqueio dos valores.

9º) O **TRF4** solicita a **CAIXA** a movimentação dos recursos, na forma do Anexo III do presente Instrumento.

10º) A **CAIXA** acata solicitação de movimentação financeira nas **Contas Vinculadas – bloqueadas para movimentação** – efetuada pelo **TRF4** confirmando por meio de ofício, nos moldes indicados no Anexo IV deste Instrumento.

11º) A **CAIXA** disponibiliza ao **TRF4** aplicativo, via internet, para consulta de saldos e extratos das **Contas Vinculadas – bloqueadas para movimentação**.

3.2. O fluxo operacional se dará nos seguintes termos:

3.2.1. O acesso às **Contas Vinculadas – bloqueadas para movimentação** – pelo **TRF4** fica condicionado à expressa autorização, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo V deste instrumento, formalizada pelos **Proponentes**, titulares das contas, quando do processo de entrega da documentação junto à agência da **CAIXA**.

3.2.2. Os recursos depositados nas **Contas Vinculadas – bloqueadas para movimentação** – serão aplicados automaticamente, pela **CAIXA**, com remuneração conforme índice de correção da poupança *pro rata*.

CLÁUSULA QUARTA - DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

4.1. Ao **TRF4** compete:

1) Assinar o Termo de Adesão ao Regulamento da **CAIXA**, onde está estabelecido o vínculo jurídico com a **CAIXA**, para amparar a utilização de qualquer aplicativo e do sistema **GOVCONTA CAIXA**.

2) Designar, por meio de ofício, conforme Anexo VI do presente Instrumento, até no máximo 4 (quatro) servidores para os quais a **CAIXA** atribuirá poderes de administradores nos aplicativos dos sistemas de Auto Atendimento da **CAIXA** e via **GOVCONTA CAIXA** que, além de poderem efetuar consultas aos saldos e extratos das **Contas Vinculadas – bloqueadas para movimentação** –, terão a faculdade de criar quantas chaves de usuários forem necessárias, com poderes apenas de consulta a saldos e impressão de extratos das **Contas Vinculadas – bloqueadas para movimentação**.

3) Remeter ofícios à Agência da **CAIXA**, solicitando a abertura de **Contas Vinculadas – bloqueadas para movimentação**, em nome dos **Proponentes**.

4) Remeter ofícios à Agência da **CAIXA**, solicitando a movimentação de recursos das **Contas Vinculadas – bloqueadas para movimentação**.

5) Comunicar aos **Proponentes**, na forma do Anexo VII do presente instrumento, a abertura das **Contas Vinculadas – bloqueadas para movimentação** –, orientando-os a comparecer à Agência da **CAIXA**, para providenciar a regularização, entrega de documentos e assinatura da autorização, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo V deste instrumento, para que o **TRF4** possa ter acesso aos saldos e extratos da conta vinculada, bem como solicitar movimentações financeiras.

6) Prover os ajustes técnicos de tecnologia da informação para possibilitar o acesso aos sistemas de Auto Atendimento e sistema **GOVCONTA CAIXA**, por intermédio do qual será viabilizado o acesso aos saldos e extratos das **Contas Vinculadas – bloqueadas para movimentação**.

7) Adequar-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pela **CAIXA**.

8) Instruir os usuários sobre forma de acesso às transações dos sistemas de Auto Atendimento e sistema **GOVCONTA CAIXA**.

9) Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso aos sistemas de Auto Atendimento e sistema **GOVCONTA CAIXA**.

10) Assumir como de sua inteira responsabilidade os prejuízos que decorrerem do mau uso ou da quebra de sigilo das senhas dos servidores devidamente cadastrados nos sistemas de Auto Atendimento e sistema **GOVCONTA CAIXA**, conforme item 2 desta cláusula, cuidando de substituí-las, imediatamente, caso suspeite de que tenham se tornado de conhecimento de terceiros não autorizados.

11) Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de transações não concluídas em razão de falha de seu equipamento e/ou erros de processamento em razão da inexistência de informação ou de fornecimento incompleto de informações.

12) Comunicar tempestivamente à **CAIXA** qualquer anormalidade detectada que possa comprometer o perfeito funcionamento da conexão aos sistemas de Auto Atendimento, em especial, no que concerne à segurança das informações.

13) Permitir, a qualquer tempo, que técnicos da **CAIXA** possam vistoriar o hardware e software utilizados para conexão aos sistemas de Auto Atendimento e sistema **GOVCONTA CAIXA**.

14) Não divulgar quaisquer informações contidas nas transações efetuadas nos sistemas de Auto Atendimento e sistema **GOVCONTA CAIXA** colocados à sua disposição, de modo a manter o sigilo bancário, a privacidade em face de servidores, prestadores de serviço e outras pessoas integrantes do **TRF4**, que não sejam usuários, e as normas de segurança da informação da **CAIXA**.

15) As transferências de recursos entre contas na **CAIXA** serão totalmente isentas de tarifas e as transferências realizadas para contas em outros bancos serão cobradas conforme tabela de tarifas da **CAIXA**, em vigor na data de sua realização, pagas no ato da transferência ou descontadas do valor a ser transferido, à opção do **Proponente**.

CLÁUSULA QUINTA - DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DA CAIXA

5.1. À **CAIXA** compete:

1) Efetuar abertura da **Conta Vinculada - Bloqueada para movimentação** - mediante recebimento do Ofício do **TRF4** e comparecimento do **Proponente** à agência da **CAIXA**, munido da documentação necessária.

2) Coletar autorização do proponente para que os representantes legais do **TRF4** tenham acesso às informações das **Contas Vinculadas**, incluindo consultas a saldo e extrato, via sistemas **GOVCONTA CAIXA**.

3) Disponibilizar os sistemas de Auto Atendimento e **GOVCONTA CAIXA** ao **TRF4**.

4) Gerar e fornecer até 4 (quatro) chaves e senhas iniciais de acesso, para utilização na primeira conexão ao sistema **GOVCONTA CAIXA**, oportunidade na qual as senhas serão obrigatoriamente substituídas, pelos respectivos detentores das chaves, por outra de conhecimento exclusivo do usuário.

5) Informar ao **TRF4** quaisquer alterações nos serviços oferecidos pela **CAIXA**, por intermédio do sistema **GOVCONTA CAIXA**.

6) Prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste Instrumento;

7) Processar os arquivos remetidos pelo **TRF4** destinados a abrir **Contas Vinculadas – bloqueadas para movimentação**.

8) Gerar e encaminhar, via sistema **GOVCONTA CAIXA**, os arquivos retorno do resultado das aberturas das **Contas Vinculadas – bloqueadas para movimentação**.

9) Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste instrumento.

10) Informar ao **TRF4** os procedimentos adotados, em atenção aos ofícios recebidos.

CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA

6.1. O presente Acordo terá vigência de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, conforme disposto no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, com a redação da Lei nº 9.648, de 1998.

6.2. Ficam convalidados os atos praticados antes da vigência do presente Acordo e condizentes com seu objeto.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA PUBLICAÇÃO

7.1. A publicação de extrato do presente Acordo no Diário Oficial será providenciada pelo **TRF4**, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura..

CLÁUSULA OITAVA - DAS ALTERAÇÕES

8.1. Sempre que necessário, as cláusulas deste Acordo, à exceção da que trata do objetivo, poderão ser aditadas, modificados ou suprimidas, mediante Termo Aditivo, celebrado entre os Partícipes, passando esses termos a fazer parte integrante deste Instrumento como um todo, único e indivisível.

CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO

9.1. Este Acordo poderá ser denunciado por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO FORO

10.1. Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste Acordo deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos aqueles que não puderem ser resolvidos desta forma, serão dirimidos pela Justiça Federal - Foro da Seção Judiciária de Porto Alegre.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS ANEXOS

11.1. Integram o presente Acordo os seguintes Anexos:

Anexo I - Modelo de Ofício do **TRF4** solicitando a abertura de Conta Vinculada em nome do PROPONENTE;

Anexo II - Modelo de Comunicação da **CAIXA** ao **TRF4** informando o número da Conta Vinculada aberta, bem como eventuais rejeições, indicando seus motivos;

Anexo III - Modelo de Ofício do **TRF4** solicitando ou autorizando à **CAIXA** a movimentação de recursos da Conta Vinculada;

Anexo IV - Modelo de comunicação da **CAIXA** acatando a solicitação ou autorização do **TRF4** para movimentação financeira na Conta Vinculada;

Anexo V - Modelo de autorização, em caráter irrevogável e irretratável, por parte do PROPONENTE, de acesso à Conta Vinculada pelo **TRF4**;

Anexo VI - Modelo de Ofício do **TRF4** à **CAIXA** solicitando a geração de chaves e senhas de acesso aos servidores indicados;

Anexo VII - Ofício do **TRF4** informando ao PROPONENTE a abertura da Conta Vinculada e a necessidade de comparecimento na agência da **CAIXA** para fornecimento de documentação e assinatura da autorização do Anexo V.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DECLARAÇÃO

12.1. O **TRF4** e a **CAIXA** se comprometem a cumprir toda a Legislação aplicável sobre a segurança da informação, privacidade e proteção de dados, em especial a Lei nº 13.709/2018 (LGPD), ressaltando que o tratamento dos dados fornecidos pelo cliente será limitado aos fins previstos neste ajuste.

E, por estarem justas e acertadas, firmam as partes o presente instrumento, em meio eletrônico, constante no Processo Administrativo em epígrafe, por meio do Sistema Eletrônico de Informações – SEI, do TRF4.

PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE.



Documento assinado eletronicamente por **RICARDO BIER TROGLIO, Usuário Externo**, em 18/03/2022, às 15:24, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ricardo Teixeira do Valle Pereira, Presidente**, em 18/03/2022, às 18:38, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php> informando o código verificador **5934776** e o código CRC **7D2009DC**.

Anexo I

Ofício nº /20xx – Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Porto Alegre, RS, de de 20xx.

A(o) Senhor(a) Gerente

(nome do gerente)

PAB TRF 4ª. REGIÃO da CEF.

ENDEREÇO: Rua Otávio Francisco da Rocha, 600, Térreo

CEP: 90010-395 - Porto Alegre, RS

Assunto: Abertura de Conta (bloqueada) Vinculada

Senhor(a) Gerente,

Solicitamos providenciar, excepcionalmente, com base no Termo de Cooperação Técnica ____ nº ____ / ____, a abertura de Conta (bloqueada) vinculada, em nome do Proponente a seguir indicado, destinada a receber créditos ao amparo da Resolução n.º 98 CNJ, de 10.10.09 a título de provisão para encargos trabalhistas do Contrato n.º ____ firmado de acordo com a publicação no Diário Oficial XXX no dia ____ / ____ / 20xx, página nº ____ e na qual deverão ser depositados todo e qualquer valor destinado a essas provisões.

CNPJ: _____

Razão Social: _____

Nome Personalizado: _____

Endereço: _____

Representante Legal: _____

CPF do Representante Legal: _____

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas do TRF 4ª REGIÃO ou do servidor previamente designado pelo ordenador

Anexo II

PAB TRF 4ª. REGIÃO, Porto Alegre, RS – 20xx/ _____

Porto Alegre, RS, de de 20xx.

Senhor _____,

Em atenção ao seu Ofício nº ____ / 20xx – Tribunal Regional Federal da 4ª Região, de ____ . ____ . 20xx, informamos o número da Conta (Bloqueada) Vinculada, aberta em nome do Proponente _____ (nome do Proponente), CNPJ _____ (número do CNPJ do Proponente) destinada a receber os créditos a título de provisão de encargos trabalhistas do Contrato _____ (número de Contrato) firmado de acordo com a publicação no Diário Oficial XXX do dia ____ . ____ . 20xx, página nº ____ .

Número da Conta: _____

Prefixo da PAB TRF 4ª. REGIÃO: 3916.

Atenciosamente,

(nome do Gerente)

PAB TRF 4ª. REGIÃO da CAIXA.

Ao Senhor

AAAAAAAAAAAA CCCCCCCCCC

Anexo III

Ofício nº /20xx– Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Porto Alegre, RS, de de 20XX

A(o) Senhor(a) Gerente
Caixa Econômica Federal.
PAB TRF 4ª. REGIÃO, RS
Porto Alegre, RS
Assunto: Movimentação de Conta (bloqueada) Vinculada

Senhor Gerente,

Solicitamos providenciar, conforme indicado a seguir, a movimentação de R\$ _____ (valor numérico), da conta nº _____ (número da conta) de titularidade de _____ (nome do Proponente), CNPJ _____ (CNPJ do Proponente), aberta para abrigar os recursos creditados ao amparo da Resolução n.º 98 do Conselho Nacional de Justiça de 10.11.09.

| DEBITAR | | CREDITAR | | | |
|--------------------|-------|----------|---------|-------|-----------|
| PAB TRF 4ª. REGIÃO | Conta | Caixa | Agência | Conta | CPF /CNPJ |
| | | | | | |
| | | | | | |

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas do TRF 4ª REGIÃO ou do servidor previamente designado pelo ordenador

Anexo IV

PAB TRF 4ª. REGIÃO, RS – 20xx/ _____ (número seqüencial)

Porto Alegre, RS, de de 20XX.

Senhor XXXXI;

Em atenção ao seu Ofício nº _____/20xx – TRF 4ª REGIÃO, de _____._____.20xx, informamos termos providenciado a movimentação financeira indicada a seguir:

| DEBITAR | | CREDITAR | | | |
|--------------------|-------|----------|---------|-------|-----------|
| PAB TRF 4ª. REGIÃO | Conta | Caixa | Agência | Conta | CPF /CNPJ |

Atenciosamente,

(nome do Gerente)
PAB TRF 4ª. REGIÃO, da Caixa Econômica Federal.

Ao Senhor
Aaaaaaaaaaaaa Cccccccccc
Cargo
TRF 4ª. REGIÃO
Endereço,
CEP: nn.nnn-nnn
Cidade – UF

Anexo V

A U T O R I Z A Ç Ã O

A(o) Sr(a) Gerente
Caixa Econômica Federal
PAB TRF 4ª. REGIÃO, RS
Porto Alegre, RS

Senhor (a) Gerente,

Autorizo(amos), em caráter irrevogável e irretratável, que a CAIXA realize os procedimentos abaixo descritos, única e exclusivamente por ordem do TRF 4ª REGIÃO, relacionados as Contas para Depósitos Vinculados a Obrigações, porventura abertas por iniciativa do TRF 4ª REGIÃO, nesta dependência e vinculadas ao Contrato _____(número do Contrato) firmado de acordo com a publicação no Diário Oficial ____ do dia _____._____. 20xx, página nº _____.

- Aplicar em caderneta de poupança os recursos disponíveis;
- Resgatar valores aplicados;
- Transferir recursos Conta para Depósitos Vinculados a Obrigações para a Conta Única da União;
- Efetuar qualquer outra movimentação financeira na Conta para Depósitos Vinculados a Obrigações; e
- Fornecer informações das movimentações financeiras da Conta para Depósitos Vinculados a Obrigações.

Atenciosamente,

(nome do Proponente)

(local e data)

ANEXO VI

A(o) Senhor(a) Gerente
Caixa Econômica Federal.
PAB TRF 4ª REGIÃO, RS
Porto Alegre, RS
Assunto: Movimentação de Conta (bloqueada) Vinculada

Senhor Gerente,

Solicito providenciar a geração de chaves, padrão ____, e senhas iniciais de acesso, aos aplicativos dos sistemas de Auto Atendimento desse BANCO, para os servidores a seguir indicados:

| CPF | Nome | Matrícula | Documento/Poderes |
|-----|------|-----------|-------------------|
| | | | |
| | | | |

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas do TRF 4ª REGIÃO ou do servidor previamente designado pelo ordenador

ANEXO VII

Ofício nº /20xx – Tribunal Regional Federal da 4ª Região

Porto Alegre, RS, de de 20xx.

A(o) Senhor(a)
(nome do PROPRIETÁRIO/SOCIO/REPRESENTANTE)
(ENDEREÇO DO PROPONENTE)
CEP: nn.nnn-nnn - cidade/estado

Assunto: Abertura de Conta (bloqueada) Vinculada

Senhor Sócio-Proprietário,

Informo a abertura da conta-corrente vinculada nº _____ – bloqueada para movimentação –, pertencente ao CNPJ sob nº _____, na Agência nº _____ da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, em seu nome, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado entre essa empresa e este TRF 4ª REGIÃO.

Na oportunidade, solicito comparecer, em no máximo 20 dias corridos, a contar do recebimento deste ofício, à referida agência para fornecer a documentação indicada no edital de licitação, de acordo com as normas do Banco Central, bem como assinar os documentos indicados pelo Banco e autorizar, em caráter irrevogável e irretratável, este TRF 4ª REGIÃO a ter acesso irrestrito aos saldos da referida conta-corrente, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras e solicitar quaisquer movimentações financeiras da referida conta-corrente.

Informo que o descumprimento do prazo indicado no parágrafo anterior poderá ensejar aplicação das sanções previstas na Cláusula _____ do mencionado contrato.

Atenciosamente,

Assinatura do Ordenador de Despesas do TRF 4ª REGIÃO ou do servidor previamente designado pelo ordenador

11.1.000076869-2

5934776v6

Texto compilado a partir da redação dada pelas Resoluções [nº 183/2013](#), [nº 248/2018](#) e [nº 301/2019](#).

RESOLUÇÃO Nº 169, DE 31 DE JANEIRO DE 2013

Dispõe sobre a retenção de provisões de encargos trabalhistas, previdenciários e outros a serem pagos às empresas contratadas para prestar serviços, com mão de obra residente nas dependências de unidades jurisdicionadas ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (CNJ),
no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, e

CONSIDERANDO a decisão plenária tomada no julgamento do Processo nº 0006358-88.2012.2.00.0000, na 161ª Sessão Ordinária, realizada em 11 de dezembro de 2012;

CONSIDERANDO a necessidade de a Administração Pública manter rigoroso controle das despesas contratadas e assegurar o pagamento das obrigações trabalhistas de empregados alocados na execução de contratos quando a prestação dos serviços ocorrer nas dependências de unidades jurisdicionadas ao CNJ;

RESOLVE:

Art. 1º Determinar que, doravante, as rubricas de encargos trabalhistas, relativas a férias, 1/3 constitucional, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS (INSS, SESI/SESC/SENAI/SENAC/INCRA/SALÁRIOEDUCAÇÃO/FGTS/RAT+FAP/SEBRAE etc) sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário sejam destacadas do pagamento do valor mensal devido às empresas contratadas para prestação de serviços, com previsão de dedicação exclusiva de mão de obra nas dependências de órgão jurisdicionado ao Conselho Nacional de Justiça, e depositadas exclusivamente em banco público oficial. ([Redação dada pela Resolução nº 248, de 24.5.18](#))

§ 1º Considera-se dedicação exclusiva de mão de obra aquela em que o Edital de Licitação e anexos (Termo de Referência ou Projeto Básico e minuta de contrato) por via de regra estabelecem que a contratada deve alocar profissionais para trabalhar continuamente nas dependências do órgão, independentemente de o edital indicar perfil, requisitos técnicos e quantitativo de profissionais para a execução do contrato, sendo que a atuação simultânea devidamente comprovada de um mesmo empregado da contratada em diversos órgãos e/ou empresas descaracteriza a dedicação exclusiva de mão de obra. ([Redação dada pela Resolução nº 248, de 24.5.18](#))

§ 2º Os depósitos de que trata o caput deste artigo devem ser efetivados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, aberta no nome da contratada e por contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por ordem do tribunal ou do conselho contratante. ([Incluído pela Resolução nº 183, de 24.10.13](#))

Art. 2º A solicitação de abertura e a autorização para movimentar a conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, serão providenciadas pelo ordenador de despesas do Tribunal ou do Conselho ou por servidor previamente designado pelo ordenador. ([Redação dada pela Resolução nº 183, de 24.10.13](#))

Art. 3º Os depósitos serão efetuados sem prejuízo da retenção, na fonte, da tributação sujeita a alíquotas específicas previstas na legislação própria. ([Redação dada pela Resolução nº 183, de 24.10.13](#))

Art. 4º O montante mensal do depósito vinculado será igual ao somatório dos valores das seguintes rubricas:

I – férias;

II – 1/3 constitucional;

III – 13º salário;

IV – multa do FGTS por dispensa sem justa causa;

V – incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário; e

VI – ([Revogado pela Resolução nº 183, de 24.10.13](#))

Art. 5º Os tribunais ou os conselhos deverão firmar termo de cooperação com banco público oficial, conforme modelo constante no Anexo I, que terá efeito subsidiário a esta Resolução, determinando os termos para a

abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação. ([Redação dada pela Resolução nº 183, de 24.10.13](#))

Parágrafo único. Os tribunais ou os conselhos poderão negociar, com banco público oficial, caso haja a cobrança de tarifas bancárias, a isenção ou redução das referidas tarifas para a abertura e a movimentação da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação. ([Redação dada pela Resolução nº 183, de 24.10.13](#))

Art. 6º A assinatura do contrato de prestação de serviços entre o Tribunal ou o Conselho e a empresa vencedora do certame será sucedida dos seguintes atos:

I - solicitação pelo Tribunal ou pelo Conselho contratante ao Banco, mediante ofício, de abertura de conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, no nome da empresa, conforme modelo constante no termo de cooperação, devendo o banco público oficial ao Tribunal ou ao Conselho sobre a abertura da referida conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, na forma do modelo consignado no supracitado termo de cooperação; ([Redação dada pela Resolução nº 183, de 24.10.13](#))

II - assinatura, pela empresa contratada, no prazo de vinte dias, a contar da notificação do Tribunal ou do Conselho, dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – e de termo específico da instituição financeira oficial que permita ao Tribunal ou ao Conselho ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do Tribunal ou do Conselho, conforme modelo indicado no termo de cooperação. ([Redação dada pela Resolução nº 183, de 24.10.13](#))

Art. 7º Durante a execução do contrato poderá ocorrer liberação de valores da conta-depósito mediante autorização do Tribunal ou do Conselho, que deverá expedir ofício ao banco público oficial, conforme modelo constante no termo de cooperação. ([Redação dada pela Resolução nº 183, de 24.10.13](#))

Parágrafo único. Após a movimentação da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, o banco público oficial comunicará ao Tribunal ou ao Conselho, por meio de ofício, conforme modelo indicado no termo de cooperação. ([Redação dada pela Resolução nº 183, de 24.10.13](#))

Art. 8º Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro definido no termo de cooperação técnica, sempre escolhido o de maior rentabilidade. ([Redação dada pela Resolução nº 183, de 24.10.13](#))

Art. 9º Os valores referentes às rubricas mencionadas no art. 4º serão destacados do pagamento mensal à empresa contratada, desde que a prestação dos serviços ocorra com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 1º desta Resolução, independentemente da unidade de medida contratada, ou seja, posto de trabalho, homem/hora, produtividade, entrega de produto específico, ordem de serviço etc. ([Redação dada pela Resolução nº 248, de 24.5.18](#))

Art. 10. A verificação dos percentuais das rubricas indicadas no edital de licitação e contrato, o acompanhamento, o controle, a conferência dos cálculos efetuados, a confirmação dos valores e da documentação apresentada e demais verificações pertinentes, bem como a autorização para movimentar a conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, serão efetuados nas áreas de administração ou orçamento e finanças, a critério do ordenador de despesas do Tribunal ou do Conselho, que deverá disciplinar as atribuições de cada área. ([Redação dada pela Resolução nº 183, de 24.10.13](#))

Parágrafo único. O ordenador de despesas estabelecerá a unidade administrativa do Tribunal ou do Conselho responsável pela definição dos percentuais das rubricas indicadas no art. 4º desta Resolução.

Art. 11. Os editais referentes às contratações de serviços que devem ser prestados nas dependências do Tribunal ou do Conselho, com previsão de dedicação exclusiva de mão de obra, deverão conter expressamente o disposto no art. 9º desta Resolução. ([Redação dada pela Resolução nº 248, de 24.5.18](#))

Art. 12. A empresa contratada poderá solicitar autorização do Tribunal ou do Conselho para:

I - resgatar da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no art. 4º desta Resolução, desde que comprovado tratar-se dos empregados alocados pela empresa contratada para prestação dos serviços contratados; e ([Redação dada pela Resolução nº 183, de 24.10.13](#))

II - movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, diretamente para a conta-corrente dos empregados alocados na execução do contrato, desde que para o pagamento de verbas trabalhistas que estejam contempladas nas mesmas rubricas indicadas no art. 4º desta Resolução. ([Redação dada pela Resolução nº 183, de 24.10.13](#))

§ 1º Para resgatar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, conforme previsto no inciso I deste artigo, a empresa contratada, após pagamento das verbas trabalhistas e

previdenciárias, deverá apresentar à unidade competente do tribunal ou do conselho os documentos comprobatórios de que efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no art. 4º desta Resolução. ([Redação dada pela Resolução nº 183, de 24.10.13](#))

§ 2º Os tribunais ou os conselhos, por meio de seus setores competentes, expedirão, após a confirmação do pagamento das verbas trabalhistas retidas, a autorização de que trata o inciso I deste artigo encaminhando a referida autorização ao banco público no prazo máximo de dez dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa. ([Redação dada pela Resolução nº 183, de 24.10.13](#))

§ 3º Na situação descrita no inciso II deste artigo, o Tribunal ou o Conselho solicitará ao banco público oficial que, no prazo de dez dias úteis, contados da data da transferência dos valores para a conta-corrente do beneficiário, apresente os respectivos comprovantes de depósitos.

Art. 13. ([Revogado pela Resolução nº 183, de 24.10.13](#))

Art. 14. Quando os valores a serem liberados da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, se referirem à rescisão do contrato de trabalho entre a empresa contratada e o empregado alocado na execução do contrato, com mais de um ano de serviço, o Tribunal ou Conselho deverá requerer, por meio da contratada, a assistência do sindicato da categoria a que pertencer o empregado ou da autoridade do Ministério do Trabalho para verificar se os termos de rescisão do contrato de trabalho estão corretos. ([Redação dada pela Resolução nº 183, de 24.10.13](#))

§ 1º No caso de o sindicato exigir o pagamento antes da assistência, a empresa contratada poderá adotar um dos procedimentos indicados nos incisos do art. 12 desta resolução, devendo apresentar ao Tribunal ou ao Conselho, na situação consignada no inciso II do referido artigo, no prazo de dez dias úteis, a contar do dia da transferência dos valores liberados para a conta-corrente do empregado, a documentação visada pelo sindicato e o comprovante de depósito feito na conta dos beneficiários. ([Redação dada pela Resolução nº 248, de 24.5.18](#))

§ 2º A contratada poderá solicitar o resgate ou a movimentação da conta-depósito vinculada para quitação das verbas trabalhistas contingenciadas em relação aos empregados que comprovadamente atuaram na execução do ajuste e que serão desligados do quadro de pessoal da empresa contratada, em decorrência do encerramento da vigência do contrato. ([Incluído pela Resolução nº 248, de 24.5.18](#))

§ 3º Se após o(s) resgate(s) ou a(s) movimentação(ões) indicado(s) no parágrafo anterior houver saldo na conta-depósito vinculada, o valor deverá ser utilizado pela contratada para pagamento aos empregados que permaneceram no quadro de pessoal da contratada à medida que ocorrerem os fatos geradores das verbas trabalhistas contingenciadas, observada a proporcionalidade do tempo em que o empregado esteve alocado na prestação dos serviços por força contratual. ([Incluído pela Resolução nº 248, de 24.5.18](#))

§ 4º O saldo remanescente dos recursos depositados na Conta-Depósito Vinculada – bloqueada para movimentação –, será liberado à empresa no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado. ([Redação dada pela Resolução nº 301, de 29.11.19](#))

Art. 15. ([Revogado pela Resolução nº 183, de 24.10.13](#)).

Art. 16. A empresa contratada deverá atender à solicitação de assinatura dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação –, em banco público indicado pelo Tribunal ou pelo Conselho, nos termos estabelecidos no inciso II do art. 6º desta Resolução. ([Redação dada pela Resolução nº 183, de 24.10.13](#))

Art. 17. No edital de licitação e no contrato devem constar:

I – os percentuais das rubricas indicadas no art. 4º desta resolução, para fins de retenção;

II - os valores das tarifas bancárias de abertura e de manutenção da conta depósito vinculada, negociadas com o banco público oficial, caso haja cobrança, conforme previsto no parágrafo único do art. 5º; ([Alterado pela Resolução nº 183, de 24 de outubro de 2013](#))

III - a indicação de que eventuais despesas para abertura e manutenção da conta-depósito vinculada deverão ser suportadas na taxa de administração constante na proposta comercial da empresa, caso haja cobrança de tarifas bancárias e não seja possível a negociação prevista no inciso anterior; ([Alterado pela Resolução nº 183, de 24 de outubro de 2013](#))

IV – a forma e o índice de remuneração dos saldos da conta-depósito vinculada, conforme consta no art. 8º desta Resolução; ([Alterado pela Resolução nº 183, de 24 de outubro de 2013](#))

V – a indicação de que haverá retenção sobre o montante mensal do pagamento devido à empresa dos valores das rubricas previstas no art. 4º desta resolução;

VI - ([Revogado pela Resolução nº 183, de 24 de outubro de 2013](#));

VII – ([Revogado pela Resolução nº 183, de 24 de outubro de 2013](#));

VIII – a indicação de que será destacado do pagamento do valor mensal devido à contratada e depositado na conta-depósito vinculada, na forma estabelecida no § 2º do art. 1º desta Resolução, o valor das despesas com a cobrança de abertura e de manutenção da referida contadepósito, caso o banco público promova desconto(s) diretamente na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação; e ([Redação dada pela Resolução nº 248, de 24.5.18](#))

IX – a penalização a que está sujeita a contratada, no caso de descumprimento do prazo indicado no inciso II do art. 6º desta Resolução.

Art. 18. Os contratos firmados antes da publicação desta Resolução devem observar a Resolução CNJ nº 98/2009.

Art. 19. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro **JOAQUIM BARBOSA**

Este texto não substitui a publicação oficial



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

ANEXO I DA RESOLUÇÃO CNJ nº ____/20____

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº ____/____

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE
SI CELEBRAM O TRIBUNAL/CONSELHO E O
BANCO_____.

O TRIBUNAL _____ ou CONSELHO _____, sediado
_____, _____/____, CNPJ nº
_____, doravante denominado **TRIBUNAL/CONSELHO**, neste ato
representado pelo _____, Doutor _____,
portador da Carteira de Identidade nº _____, CPF nº _____, e, de
outro lado, o **BANCO** _____, com sede
_____, _____/____, CNPJ nº
_____, daqui por diante denominado **BANCO**, neste ato representado pelo
seu **GERENTE**, o Senhor _____, portador da Carteira de
Identidade nº _____, CPF nº _____, têm justo e acordado
celebrar o presente **TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA** para o estabelecimento
de critérios e procedimentos para abertura automatizada de contas bancárias específicas
destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e
formação de preços de contratos firmados pelo Tribunal ou pelo Conselho, mediante as
condições previstas nas seguintes cláusulas:



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

CLÁUSULA PRIMEIRA

Para efeito deste Termo de Cooperação Técnica entende-se por:

1. **CLT** – Consolidação das Leis do Trabalho.
2. **Proponente** – pessoa física ou jurídica que possui Contrato firmado com o **Tribunal** ou o **Conselho**.
3. **Rubricas** – itens que compõem a planilha de custos e de formação de preços de contratos firmados pelo **Tribunal** ou pelo **Conselho**.
4. **Conta-Corrente Vinculada** – bloqueada para movimentação – **conta-corrente** aberta em nome dos **Proponentes** de cada **Contrato** firmado, a ser utilizada exclusivamente para crédito das rubricas retidas.
5. **Usuário(s)** – servidor(es) do **Tribunal** ou do **Conselho**, e por ele formalmente indicado(s), com conhecimento das chaves e senhas para acesso aos aplicativos instalados nos sistemas de Auto Atendimento do **BANCO**.

CLÁUSULA SEGUNDA DO OBJETO

O presente instrumento tem por objetivo regulamentar o estabelecimento, pelo **BANCO**, dos critérios para abertura de contas-correntes específicas destinadas a abrigar os recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços dos contratos firmados pelo **Tribunal** ou pelo Conselho, bem como viabilizar o acesso do **Tribunal** ou do Conselho aos saldos e extratos das contas abertas.

1. Para cada **Contrato** será aberta uma conta-corrente vinculada em nome do **Proponente** do **Contrato**.
2. A conta será exclusivamente aberta para recebimento de depósitos dos recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e de formação de preços dos contratos firmados pelo **Tribunal** ou pelo Conselho, pagos aos **Proponentes** dos **Contratos** e será denominada **Conta-Corrente Vinculada – bloqueada para movimentação –**.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

3. A movimentação dos recursos na **Conta-Corrente Vinculada – bloqueada para movimentação** – será providenciada exclusivamente à ordem do Tribunal ou do Conselho.
4. Será facultada ao Tribunal ou ao Conselho a movimentação de recursos da **Conta-Corrente Vinculada – bloqueada para movimentação** – para a Conta Única do Tesouro Nacional/Estadual.

CLÁUSULA TERCEIRA DO FLUXO OPERACIONAL

A abertura, captação e movimentação dos recursos se dará conforme o fluxo operacional a seguir:

- 1º) Tribunal ou Conselho firma o **Contrato** com os **Proponentes**.
- 2º) Tribunal ou Conselho envia ao BANCO arquivo em meio magnético, em leiaute específico previamente acordado entre o Tribunal ou o Conselho e o BANCO para abertura de **Conta-Corrente Vinculada – bloqueada para movimentação** – em nome do **Proponente** que tiver **Contrato** firmado.
- 3º) BANCO recebe arquivo transmitido pelo Tribunal ou pelo Conselho e abre **Conta-Corrente Vinculada – bloqueada para movimentação** –, em nome do **Proponente** para todos os registros dos arquivos válidos, nas agências do BANCO no território nacional.
- 4º) BANCO envia ao Tribunal ou ao Conselho arquivo retorno em leiaute específico previamente acordado entre os Partícipes, contendo o número da **Conta-Corrente Vinculada – bloqueada para movimentação** – aberta em nome do **Proponente**, bem como as eventuais rejeições, indicando seus motivos.
- 5º) Tribunal ou Conselho, excepcionalmente e quando não for possível a abertura da conta-corrente por meio dos sistemas do BANCO, envia Ofício, na forma do Anexo I do presente instrumento, à agência do BANCO, solicitando a abertura manual da **Conta-Corrente Vinculada – bloqueada para movimentação** –.
- 6º) BANCO informa ao Tribunal ou ao Conselho, na forma do Anexo II do presente instrumento, o número da **Conta-Corrente Vinculada – bloqueada para movimentação** – aberta em caráter de excepcionalidade.
- 7º) Tribunal ou Conselho credita mensalmente recursos retidos da planilha de custos e de formação de preços do contrato firmado pelo Tribunal ou pelo Conselho na **Conta-Corrente Vinculada – bloqueada para movimentação** –



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

aberta e mantida exclusivamente nas agências do **BANCO**, mediante emissão de Ordem Bancária, na forma estabelecida pelo **Tribunal** ou pelo Conselho e pelo **BANCO**.

8º) **Tribunal** ou Conselho solicita ao **BANCO** a movimentação dos recursos, na forma do Anexo III do presente Instrumento.

9º) **BANCO** acata solicitação de movimentação financeira na **Conta Corrente Vinculadas – bloqueada para movimentação** – efetuada pelo **Tribunal** ou pelo Conselho confirmando por meio de ofício, nos moldes indicado no Anexo IV deste Instrumento.

10º) **BANCO** disponibiliza ao **Tribunal** ou ao Conselho aplicativo, via internet, para consulta de saldos e extratos das **Contas-Correntes Vinculadas – bloqueadas para movimentação** –.

10.1 O fluxo operacional se dará nos seguintes termos:

10.1.1. O acesso às **Contas-Correntes Vinculadas – bloqueadas para movimentação** – pelo **Tribunal** ou pelo Conselho fica condicionado à expressa autorização, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo V deste instrumento, formalizada pelos **Proponentes**, titulares das contas, quando do processo de entrega da documentação junto à agência do **BANCO**.

10.1.2. Os recursos depositados nas **Contas-Correntes Vinculadas – bloqueadas para movimentação** – serão aplicados automaticamente, pelo **BANCO**, em caderneta de poupança, de acordo com as regras estabelecidas pelo Governo Federal, com remuneração mensal, ou outro índice, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

CLÁUSULA QUARTA DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES

Ao **Tribunal** ou ao Conselho compete:

1. Assinar o Termo de Adesão ao Regulamento do **BANCO**, onde está estabelecido o vínculo jurídico com o **BANCO**, para amparar a utilização de qualquer aplicativo.
2. Designar, por meio de ofício, conforme Anexo VI do presente Instrumento, até no máximo 4 (quatro) servidores para os quais o **BANCO** atribuirá poderes de administradores nos aplicativos dos sistemas de Auto Atendimento do **BANCO**



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

que, além de poderem efetuar consultas aos saldos e extratos das **Contas-Correntes Vinculadas – bloqueadas para movimentação –**, terão a faculdade de criar quantas chaves de usuários forem necessárias, com poderes apenas de consulta a saldos e impressão de extratos das **Contas-Correntes Vinculadas – bloqueadas para movimentação**.

3. Remeter ao **BANCO** arquivos em leiaute específico, acordado entre os Partícipes, solicitando a abertura das **Contas-Correntes Vinculadas – bloqueadas para movimentação –**.
4. Remeter ofícios à Agência do **BANCO**, solicitando, excepcionalmente, a abertura, em casos de **Contas-Correntes Vinculadas – bloqueadas para movimentação –**, em nome dos **Proponentes**.
5. Remeter ofícios à Agência do **BANCO**, solicitando a movimentação de recursos das **Contas-Correntes Vinculadas – bloqueadas para movimentação –**.
6. Comunicar aos **Proponentes**, na forma do Anexo VII do presente instrumento, a abertura das **Contas-Correntes Vinculadas – bloqueadas para movimentação –**, orientando-os a comparecer à Agência do **BANCO**, para providenciar a regularização, entrega de documentos e assinatura da autorização, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Anexo V deste instrumento, para que o **Tribunal** ou o **Conselho** possa ter acesso aos saldos e extratos da conta-corrente vinculada, bem como solicitar movimentações financeiras.
7. Prover os ajustes técnicos de tecnologia da informação para possibilitar o acesso aos sistemas de Auto Atendimento, por intermédio do qual será viabilizado o acesso aos saldos e extratos das **Contas-Correntes Vinculadas – bloqueadas para movimentação –**.
8. Adequar-se a eventuais alterações nos serviços oferecidos pelo **BANCO**.
9. Instruir os usuários sobre forma de acesso às transações dos sistemas de Auto Atendimento do **BANCO**.
10. Manter rígido controle de segurança das senhas de acesso aos sistemas de Auto Atendimento do **BANCO**.
11. Assumir como de sua inteira responsabilidade os prejuízos que decorrerem do mau uso ou da quebra de sigilo das senhas dos servidores devidamente cadastrados nos sistemas de Auto Atendimento, conforme item 2 desta cláusula,



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

cuidando de substituí-las, imediatamente, caso suspeite de que tenham se tornado de conhecimento de terceiros não autorizados.

12. Responsabilizar-se por prejuízos decorrentes de transações não concluídas em razão de falha de seu equipamento e/ou erros de processamento em razão da inexistência de informação ou de fornecimento incompleto de informações.
13. Comunicar tempestivamente ao **BANCO** qualquer anormalidade detectada que possa comprometer o perfeito funcionamento da conexão aos sistemas de Auto Atendimento, em especial, no que concerne à segurança das informações.
14. Permitir, a qualquer tempo, que técnicos do **BANCO** possam vistoriar o hardware e software utilizados para conexão aos sistemas de Auto Atendimento.
15. Não divulgar quaisquer informações contidas nas transações efetuadas nos sistemas de Auto Atendimento colocados à sua disposição, de modo a manter o sigilo bancário, a privacidade em face de servidores, prestadores de serviço e outras pessoas integrantes do **Tribunal** ou do Conselho, que não sejam usuários, e as normas de segurança da informação do **BANCO**.

CLÁUSULA QUINTA DAS COMPETÊNCIAS E RESPONSABILIDADES DO BANCO

Ao **BANCO** compete:

1. Disponibilizar os sistemas de Auto Atendimento ao **Tribunal** ou ao Conselho.
2. Gerar e fornecer até 4 (quatro) chaves e senhas iniciais de acesso, para utilização na primeira conexão aos sistemas de Auto Atendimento, oportunidade na qual as senhas serão obrigatoriamente substituídas, pelos respectivos detentores das chaves, por outra de conhecimento exclusivo do usuário.
3. Informar ao **Tribunal** ou ao Conselho quaisquer alterações nos serviços oferecidos pelo **BANCO**, por intermédio dos sistemas de Auto Atendimento.
4. Prestar o apoio técnico que se fizer necessário à manutenção do serviço, objeto deste Instrumento;
5. Processar os arquivos remetidos pelo **Tribunal** ou pelo Conselho destinados a abrir **Contas-Correntes Vinculadas – bloqueadas para movimentação –**.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

6. Gerar e encaminhar, via sistema de Auto Atendimento, os arquivos retorno do resultado das aberturas das **Contas-Correntes Vinculadas – bloqueadas para movimentação –**.
7. Orientar sua rede de agências quanto aos procedimentos operacionais específicos objeto deste instrumento.
8. Informar ao **Tribunal** ou ao Conselho os procedimentos adotados, em atenção aos ofícios recebidos.

CLÁUSULA SEXTA DA VIGÊNCIA

O presente Termo de Cooperação terá vigência de 5 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, conforme disposto no art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93, com a redação da Lei nº 9.648, de 1998.

CLÁUSULA SÉTIMA DA PUBLICAÇÃO

A publicação de extrato do presente instrumento no Diário Oficial será providenciada pelo **Tribunal** ou pelo Conselho, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente à data de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias a partir daquela data.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

CLÁUSULA OITAVA DAS ALTERAÇÕES

Sempre que necessário, as cláusulas deste Termo de Cooperação Técnica, à exceção da que trata do objetivo, poderão ser aditadas, modificados ou suprimidas, mediante Termo Aditivo, celebrado entre os Partícipes, passando esses termos a fazer parte integrante deste Instrumento como um todo, único e indivisível.

CLÁUSULA NONA DA RESCISÃO

Este Termo de Cooperação Técnica poderá ser denunciado por qualquer dos Partícipes em razão do descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele pactuadas, bem assim pela superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne formal ou materialmente inexecutável ou, ainda, por ato unilateral, mediante comunicação prévia da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando os Partícipes responsáveis pelas obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DEZ DO FORO

Os casos omissos e/ou situações contraditórias deste Termo de Cooperação Técnica deverão ser resolvidos mediante conciliação entre os Partícipes, com prévia comunicação por escrito da ocorrência, consignando prazo para resposta, e todos aqueles que não puderem ser resolvidos desta forma, serão dirimidos pela Justiça Federal de ____/____/____.

E, assim, por estarem justos e acordados, os Partícipes firmaram o presente instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, perante as testemunhas que também o subscrevem, para que produza os legítimos efeitos de direito.

_____/____, ____ de _____ de 20____

Assinatura do representante do **Tribunal** ou do
Conselho

Assinatura do representante do **BANCO**



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Testemunhas:

Nome:

Nome:

CPF:

CPF

Anexo I do Termo de Cooperação Técnica nº

MINUTA



Ofício nº ____/____ – Tribunal ou Conselho

_____, ____ de _____ de 20__.

A(o) Senhor(a) Gerente

(nome do gerente)

(Endereço com CEP)

Senhor(a) Gerente,

Reporto-me ao Termo de Cooperação Técnica ____ nº ____/____, firmado com essa instituição, para solicitar que, excepcionalmente, promova abertura de conta-corrente vinculada – bloqueada para movimentação –, em nome do Proponente a seguir indicado, destinada a receber recursos retidos de rubricas constantes na planilha de custos e formação de preços do Contrato ____ nº ____/____, firmado por este **Tribunal ou por este Conselho:**

CNPJ: _____

Razão Social: _____

Nome Personalizado: _____

Endereço: _____

Representante Legal: _____



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

CPJ do Representante Legal: _____

Atenciosamente,

Assinatura do

Ordenador de Despesas do Tribunal ou do Conselho ou do servidor previamente
designado pelo ordenador



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Anexo II do Termo de Cooperação Técnica nº

MINUTA

BANCO (LOGOTIPO)

_____, ____ de _____ de 20__.

Senhor _____,
(nome do representante do **Tribunal** ou do **Conselho**)

Em atenção ao seu Ofício nº ____/20__ – __, de ____/____/20__,
informo o número da Conta-Corrente Vinculada – bloqueada para movimentação –,
aberta em nome do Proponente _____,

(nome do Proponente)

inscrito no CNPJ sob o nº _____, destinada a receber recursos
retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato
____ nº ____/____, firmado por esse **Tribunal** ou por esse **Conselho**:

Número da Conta: _____

Prefixo da Agência: _____

Atenciosamente,

(nome do Gerente)
Nº da Agência do BANCO.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Ao Senhor

Nome e cargo do representante do **Tribunal** ou do **Conselho**

Endereço



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Anexo III do Termo de Cooperação Técnica nº

MINUTA



Ofício nº /20__ - ____

_____, ____ de _____ de 200__

A(o) Senhor(a) Gerente
(nome do gerente)
(endereço da agência com CEP)

Senhor Gerente,

Solicito **DEBITAR**, conforme indicado a seguir, a movimentação de R\$ _____ da conta nº _____ da agência nº _____ de titularidade de _____, (nome do proponente)
Inscrito no CNPJ sob o nº _____, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato nº ____/____, firmado por este **Tribunal** ou por este Conselho, e **CREDITAR** nas seguintes contas-correntes:

| Banco | Agência | Conta | CPF /CNPJ |
|-------|---------|-------|-----------|
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

Atenciosamente,



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Assinatura do
Ordenador de Despesas do Tribunal ou do Conselho ou do servidor previamente
designado pelo ordenador



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Anexo IV do Termo de Cooperação Técnica nº

MINUTA

BANCO (LOGOTIPO)

Ofício/Carta nº _____ (número sequencial)

_____, ____ de _____ de 20__.

Senhor _____,
(nome do representante do Tribunal ou do Conselho)

Em atenção ao seu Ofício nº _____/20__ - _____, de
_____/_____/20__, informo a efetivação de **DEBITO** na conta-corrente vinculada –
bloqueada para movimentação – de nº _____ da agência nº _____ do BANCO
e **CRÉDITO** nas seguintes contas-correntes:

| CREDITAR | | | |
|----------|---------|-------|-----------|
| Banco | Agência | Conta | CPF /CNPJ |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

Atenciosamente,



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

(nome do Gerente)

Nº da Agência do BANCO.



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Anexo V do Termo de Cooperação Técnica nº

MINUTA

AUTORIZAÇÃO

À Agência _____ do BANCO _____

(endereço da agência)

Senhor (a) Gerente,

Autorizo, em caráter irrevogável e irretratável, que o **Tribunal** _____ ou **Conselho** _____ solicite a essa agência bancária, na forma indicada por essa agência, qualquer tipo de movimentação financeira na conta-corrente vinculada nº _____ – bloqueada para movimentação –, de minha titularidade, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato ____ nº ____/____, firmado com o **Tribunal** ou com o **Conselho**, bem como tenha acesso irrestrito dos saldos da referida conta-corrente, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras.

Atenciosamente,

(local e data)

Assinatura do titular da conta-corrente



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Anexo VI do Termo de Cooperação Técnica nº

MINUTA



Ofício nº ____/20__ – ____

____, ____ de ____ de 20__

A(o) Senhor(a) Gerente
(nome do gerente)
(endereço da agência com CEP)

Senhor Gerente,

Solicito providenciar a geração de chaves, padrão ____, e senhas iniciais de acesso, aos aplicativos dos sistemas de Auto Atendimento desse BANCO, para os servidores a seguir indicados:

| CPF | Nome | Documento/Poderes |
|-----|------|-------------------|
| | | |
| | | |
| | | |
| | | |

Atenciosamente,



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Assinatura do
Ordenador de Despesas do Tribunal ou do Conselho ou do servidor previamente
designado pelo ordenador



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Anexo VII do Termo de Cooperação Técnica nº

MINUTA



Ofício nº ____/20__ – ____

____, ____ de ____ de 20__

A(o) Senhor(a)

(nome do Proprietário da empresa contratada pelo Tribunal ou pelo Conselho)

(endereço da empresa com CEP)

Senhor Sócio-Proprietário,

Informo a abertura da conta-corrente vinculada nº ____ – bloqueada para movimentação –, pertencente ao CNPJ sob nº ____, na Agência nº ____ do BANCO ____, em seu nome, aberta para receber recursos retidos de rubricas constantes da planilha de custos e formação de preços do Contrato ____ nº ____/____, firmado entre essa empresa e este **Tribunal** ou este **Conselho**.

2. Na oportunidade, solicito comparecer, em no máximo 20 dias corridos, a contar do recebimento deste ofício, à referida agência para fornecer a documentação indicada no edital de licitação, de acordo com as normas do Banco Central, bem como assinar os documentos indicados pelo Banco e autorizar, em caráter irrevogável e irretratável, este **Tribunal** ou este **Conselho** a ter acesso irrestrito aos saldos da referida conta-corrente, extratos e movimentações financeiras, inclusive de aplicações financeiras e solicitar quaisquer movimentações financeiras da referida conta-corrente.

3. Informo que o descumprimento do prazo indicado no parágrafo anterior poderá ensejar aplicação das sanções previstas na Cláusula ____ do mencionado contrato.

Atenciosamente,



Poder Judiciário

Conselho Nacional de Justiça

Assinatura do

Ordenador de Despesas do Tribunal ou do Conselho ou do servidor previamente
designado pelo ordenador



Conselho da Justiça Federal

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 001, DE 11 DE ABRIL DE 2013. (*)

Dispõe sobre a padronização de atos e procedimentos necessários à aplicação da [Resolução CNJ n. 169/2013](#), a serem observados no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, e estabelece os índices e percentuais de provisionamentos a serem recolhidos às contas vinculadas das empresas contratadas.

O PRESIDENTE DO CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo CF-ADM-2012/00058, bem como a delegação disposta na [Resolução CJF n. 215, de 26 de novembro de 2012](#); e

CONSIDERANDO a edição da [Resolução CNJ n. 169, de 31 de janeiro de 2013](#);

CONSIDERANDO que, nos termos do art. 18 da [Resolução CNJ n. 169/2013](#), os contratos firmados até a data de sua publicação, 4 de fevereiro de 2013, deverão observar a [Resolução CNJ n. 98, de 10 de novembro de 2009](#),

RESOLVE:

Art. 1º A aplicação da [Resolução CNJ n. 169, de 31 de janeiro de 2013](#), no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, observará o disposto nesta instrução normativa.

Art. 2º Para o fiel cumprimento do disposto no art. 5º da [Resolução CNJ n. 169/2013](#), o Conselho e os órgãos da Justiça Federal deverão formalizar termo de cooperação, com a Caixa Econômica Federal ou com o Banco do Brasil, que viabilize a abertura de conta-corrente vinculada para abrigar os recursos previstos nesta instrução normativa.



Conselho da Justiça Federal

Capítulo I **Do Instrumento Convocatório e do Contrato**

Art. 3º Os instrumentos convocatórios e os contratos referentes às contratações de empresas para prestação dos serviços contínuos, com mão de obra residente nas dependências do órgão, deverão conter expressamente:

I – a indicação de que haverá retenção sobre o montante mensal devido à empresa dos valores das rubricas previstas no art. 4º da [Resolução CNJ n. 169/2013](#);

II – os percentuais de retenção definidos no Anexo desta Instrução Normativa;

III – a indicação de que eventuais despesas para abertura e manutenção da conta-corrente vinculada deverão ser suportadas na taxa de administração constante na proposta comercial da empresa;

IV – a indicação de que o valor da taxa de abertura e de manutenção de conta será retido do pagamento mensal devido à contratada e creditado na conta-corrente vinculada, caso o banco oficial promova o desconto diretamente na conta;

V – a forma e o índice de remuneração da conta-corrente vinculada – poupança ou outro definido no termo de cooperação – sempre escolhido o de maior rentabilidade;

VI – a obrigatoriedade de a contratada recompor os saldos da conta-corrente vinculada, nos casos de determinação judicial para bloqueio e transferência de valores, nos termos do art. 4º;

VII – o disposto nos arts. 12 e 13 desta instrução normativa;

VIII – a indicação de que a empresa possui o prazo de 20 dias, contado da assinatura do contrato, para entregar a documentação necessária para abertura da conta-corrente vinculada e a assinatura de termo



Conselho da Justiça Federal

específico do banco oficial que permita o acesso aos saldos e extratos, bem como vincule a movimentação dos valores à autorização do órgão;

IX – a cláusula de penalidade específica para a hipótese de descumprimento do disposto no inciso VIII deste artigo; e

X – a indicação de que a planilha formadora de custos seguirá o modelo do Anexo III-A da [Instrução Normativa n. 02/2008](#), e suas alterações, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 4º Nos casos de determinação judicial para bloqueio e transferência do valor da conta-corrente vinculada para a conta-corrente judicial, a empresa contratada deverá ser notificada para, no prazo de cinco dias úteis, repor o valor bloqueado/transferido junto à conta-corrente vinculada, situação que deverá estar expressa no edital e no respectivo contrato.

§ 1º A ausência de reposição, no prazo estipulado no *caput*, acarretará glosa do valor correspondente na fatura do mês subsequente ao bloqueio/transferência judicial, sem prejuízo de penalidade administrativa, na forma da lei.

§ 2º Não havendo saldo suficiente na fatura indicada no parágrafo anterior para a recomposição do saldo, deverá a glosa ocorrer nas faturas seguintes, até sua total quitação.

Art. 5º O pregoeiro, a Comissão Permanente de Licitação, se for o caso, e a assessoria jurídica zelarão pelo fiel cumprimento do disposto neste capítulo.

Capítulo II

Da Abertura da Conta-Corrente Vinculada

Art. 6º Após a assinatura do contrato de prestação de serviços, as unidades do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus e a contratada deverão adotar os seguintes procedimentos:



Conselho da Justiça Federal

I – a unidade administrativa do órgão oficiará ao banco para abertura da conta-corrente vinculada em nome da empresa no prazo de cinco dias úteis, contado da assinatura do contrato;

II – a empresa contratada deverá entregar ao banco a documentação necessária para abertura da conta no prazo de 20 dias, a contar da assinatura do contrato, e assinar o termo específico do banco oficial que permita o acesso aos saldos e extratos, bem como vincule a movimentação dos valores à autorização do órgão;

III – o banco, respeitado o prazo estipulado no termo de cooperação, procederá à abertura da conta-corrente vinculada e oficiará ao órgão quanto à abertura da conta, na forma e modelo consignados no termo de cooperação.

Art. 7º Os saldos da conta-corrente vinculada serão remunerados pelo índice da poupança ou outro definido no termo de cooperação, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

Capítulo III **Dos Índices e dos Percentuais de Contingenciamento**

Art. 8º Os percentuais a serem aplicados para os descontos nas faturas e depósitos na conta-corrente vinculada obedecerão ao seguinte:

I – quanto às férias e ao 13º salário: a retenção será realizada no percentual de 9,09%, utilizando-se a base de cálculo: $[(1/11) \times 100]$;

II – quanto ao 1/3 constitucional: a retenção será realizada no percentual de 3,03%, utilizando-se a base de cálculo: $[(1/3) \times (1/11) \times 100]$;

III – quanto à multa do FGTS, no caso de rescisão sem justa causa: a retenção será realizada no percentual de 4,36%, utilizando-se a base de cálculo: $\{0,08 \times 0,5 \times 0,9 \times [1 + (1/11) + (4/33)] \times 100\}$, considerada a incidência da multa do FGTS sobre a remuneração, férias,



Conselho da Justiça Federal

1/3 constitucional e 13º salário, bem como o disposto na [Lei Complementar n. 110/2001](#);

IV – quanto à incidência dos encargos previdenciários e do FGTS, total do submódulo 4.1 do Anexo III-A da [IN n. 02/2008](#), alterada pela [Portaria n. 07/2011](#), ambas do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, esta recairá sobre a soma dos percentuais de férias, 1/3 constitucional e 13º salário;

V – o percentual do lucro proposto pela empresa incidirá sobre o total das rubricas retidas.

Art. 9º As retenções realizadas sobre as folhas de pagamento das empresas deverão observar as alterações dos arts. 202-A, 303, 305 e 337 do Regulamento Geral da Previdência Social – [Decreto n. 6.957/2009](#) – para adequar ao Fator Acidentário de Prevenção – FAP, nas seguintes considerações:

I – o cálculo do Risco Ambiental do Trabalho – RAT Ajustado é feito mediante aplicação da fórmula: RAT Ajustado = RAT x FAP. Na aplicação da máxima ou mínima do FAP (0,5 a 2,00) sobre as alíquotas de RAT (1%, 2% e 3%), aduz o RAT Ajustado a uma variação entre 0,5% a 6%.

II – para comprovação dos percentuais indicados pelas licitantes, será necessária a juntada da certidão contendo o percentual do FAP no momento da apresentação das propostas.

III – o reequilíbrio contratual advindo da aplicação do RAT Ajustado poderá ocorrer juntamente com a repactuação, por força de Convenção Coletiva de Trabalho da categoria, desde que seja comprovada documentalmente a variação da contribuição, retroagindo à data de alteração do RAT.

Art. 10. As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão preencher a planilha de custos (Modelo da [IN n. 02/2008 - MPOG](#) e suas alterações) observando que, no grupo A, pagam apenas o FGTS e a Contribuição Previdenciária Patronal - CPP, conforme dispõe o art. 18, §



Conselho da Justiça Federal

5º-C, da [Lei Complementar n. 123/2006](#). A CPP é composta também pelo RAT, conforme a [Lei n. 8.212/1991](#).

I – As empresas que incidirem nas vedações ao ingresso no Simples Nacional, constantes no art. 17 da [Lei Complementar n. 123/2006](#), poderão participar da licitação, contudo não poderão utilizar os benefícios tributários do regime diferenciado na proposta de preços e na execução contratual (com relação ao recolhimento de tributos), ressaltando que, em caso de contratação, estarão sujeitas à exclusão obrigatória do regime, a contar do mês seguinte ao da assinatura do contrato, nos termos dos arts. 30, inciso II, e 31, inciso II, da referida Lei Complementar.

II – As empresas que prestam serviços de limpeza, conservação e vigilância podem operar pelo Simples Nacional, nos termos do § 5º-H do art. 18 da [Lei Complementar n. 123/2006](#).

Art. 11. Cabe ao setor de execução orçamentária ou ao setor financeiro realizar os cálculos sobre as faturas mensais das empresas para promover as retenções nos percentuais indicados no Anexo desta Instrução Normativa.

Art. 12. A fim de cumprir o disposto no art. 147 da [CLT](#) (férias proporcionais), bem como o disposto no parágrafo único do art. 1º do [Decreto n. 57.155/1965](#) (13º proporcional), a Administração deverá reter integralmente a parcela relativa a estes encargos quando a prestação de serviços for igual ou superior a 15 dias.

Capítulo IV

Da Liberação dos Recursos da Conta-Corrente Vinculada

Art. 13. Durante a execução do contrato, a contratada poderá solicitar autorização do órgão para:

I – resgatar os valores relativos às verbas trabalhistas especificadas no art. 4º da [Resolução CNJ n. 169/2013](#), desde que



Conselho da Justiça Federal

comprove, documentalmente, tratar-se de empregado alocado nas dependências do órgão, e que apresente:

a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: comprovante de férias (aviso e recibo) e folha de pagamento de 13º salário, com o respectivo comprovante de depósito em conta-corrente;

b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado: termo de rescisão de contrato de trabalho (TRCT) devidamente homologado pelo sindicato e com a comprovação de depósito em conta-corrente, observado o disposto no art. 477 da [CLT](#), bem como a [Portaria n. 1.057/2012](#), do Ministério do Trabalho e Emprego, e comprovante dos depósitos do INSS e do FGTS, este último acompanhado do comprovante de pagamento da respectiva multa;

c) no caso de rescisão contratual entre o órgão e a contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que estes continuarão prestando serviços à empresa e comprovante de regularidade de depósitos do INSS e do FGTS.

II – movimentar os recursos da conta-corrente vinculada diretamente para a conta-corrente dos empregados, exclusivamente para as verbas trabalhistas contempladas nas rubricas do art. 4º da [Resolução CNJ n. 169/2013](#), desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências do órgão e que apresente:

a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: aviso de férias e/ou espelho da folha de pagamento do 13º salário;

b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado: Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT) e guia de recolhimento com o valor do FGTS e sua respectiva multa;

c) no caso de rescisão contratual entre o órgão e a contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação



Conselho da Justiça Federal

de que estes continuarão prestando serviços à empresa e comprovante de regularidade de depósitos do INSS e do FGTS.

§ 1º Nas hipóteses do inciso II, a empresa deverá apresentar o comprovante de quitação das verbas trabalhistas (recibo de férias, 1/3 constitucional, 13º salário e TRCT homologado, quando for o caso), no prazo máximo de dez dias, contado da data do pagamento ou da homologação pelo sindicato, observado o disposto na [Portaria MTE n. 1.057/2012](#).

§ 2º Após a comprovação indicada no parágrafo anterior, o órgão poderá autorizar o resgate dos valores correspondentes ao percentual de lucro e incidência previdenciária e FGTS, sobre os valores movimentados.

Art. 14. O pedido da empresa deverá conter, além das documentações citadas no art. 13, planilha com os valores a serem resgatados ou movimentados da conta-corrente vinculada, nas proporções que foram retidas para cada empregado durante a vigência do contrato.

Art. 15. Recebido o pedido da empresa, a unidade administrativa deverá confirmar se os empregados listados pela contratada efetivamente prestam serviços nas dependências do órgão, bem como juntar aos autos planilha com os valores das retenções realizadas, respectivas ordens bancárias e extrato da conta-corrente vinculada.

§ 1º A empresa deverá apresentar a documentação necessária para resgate ou movimentação dos recursos em tempo hábil à análise e autorização do órgão, observando os prazos dispostos nos §§ 2º e 3º, bem como os prazos estipulados na legislação trabalhista.

§ 2º Após a conferência da documentação apresentada pela empresa, a unidade administrativa procederá à autorização para resgate ou movimentação dos recursos, no prazo de dez dias úteis, contado do recebimento da documentação.

§ 3º A Administração poderá requerer a complementação ou a correção da documentação apresentada pela empresa caso seja constatada



Conselho da Justiça Federal

alguma irregularidade, circunstância que interromperá o prazo de que trata o § 2º.

Art. 16. Eventual saldo remanescente da conta-corrente vinculada, relativo às rubricas contingenciadas, somente poderá ser liberado à empresa contratada após a comprovação de pagamento das verbas trabalhistas a que se refere esta instrução normativa.

§ 1º Eventual saldo da conta-corrente vinculada, no caso em que não houver rescisão do contrato entre a empresa e o empregado, deverá permanecer na conta por até dois anos, após o término do contrato com a Administração.

§ 2º O saldo deverá ser liberado à medida que ocorrerem os fatos geradores das rubricas contingenciadas, nos termos do art. 13 desta instrução normativa.

Capítulo V

Das Disposições Transitórias

Art. 17. Nos termos do art. 18 da [Resolução CNJ n. 169/2013](#), os contratos firmados até a data de sua publicação, 4 de fevereiro de 2013, deverão observar a [Resolução CNJ n. 98/2009](#).

Parágrafo único. Os processos licitatórios nos quais o instrumento convocatório foi publicado na vigência da [Resolução CNJ n. 98/2009](#), e cujos contratos ainda não foram assinados, deverão continuar seguindo as previsões constantes do edital, em face do princípio da vinculação ao instrumento convocatório, salvo se, no interesse da Administração, forem mais vantajosas a revogação e a edição de novo instrumento convocatório.

Art. 18. O contingenciamento considerará as rubricas dispostas nos arts. 3º e 4º da [Resolução CNJ n. 98/2009](#), ou seja, férias, 1/3 constitucional, 13º salário, incidência sobre as férias, 1/3 constitucional e 13º salário e sobre o lucro proposto pela contratada.



Conselho da Justiça Federal

Art. 19. Para a liberação dos recursos da conta-corrente vinculada, caso a empresa opte por receber as verbas antes da efetivação do pagamento aos empregados, nos termos do art. 11 da [Resolução CNJ n. 98/2009](#), deverá observar o disposto no inciso II do art. 13 desta instrução normativa.

Parágrafo único. O saldo remanescente da conta-corrente vinculada, quando observada a [Resolução CNJ n. 98/2009](#), somente poderá ser liberado à empresa contratada após a comprovação do pagamento das verbas trabalhistas a que se refere esta instrução normativa.

Art. 20. Com a finalidade de evitar duplicidade de atos e procedimentos para contingenciamento de verbas trabalhistas no âmbito do Conselho e da Justiça Federal de primeiro e segundo graus, os contratos celebrados com observância da [Resolução CNJ n. 98/2009](#), quando da análise de viabilidade de prorrogação, deverão ser aditados para contemplar as novas disposições da [Resolução CNJ n. 169/2013](#).

Parágrafo único. Caso a empresa contratada não concorde com as alterações propostas, o órgão deverá prorrogar o contrato com cláusula resolutória, a fim de realizar novo processo licitatório.

Capítulo VI Das Disposições Finais

Art. 21. O gestor do contrato deve zelar pelo fiel cumprimento das disposições das resoluções do Conselho Nacional de Justiça e desta instrução normativa, atuando junto à contratada para que os procedimentos de pagamentos sejam instruídos com as informações necessárias às retenções e restituições de valores.

Art. 22. Todos os novos editais de licitação, envolvendo mão de obra residente nas dependências do órgão, deverão contemplar os preceitos desta instrução normativa.

Art. 23. O ordenador de despesas do órgão ou o servidor designado disciplinará as atribuições das áreas administrativas, e de



Conselho da Justiça Federal

orçamento e finanças para cumprir o disposto no art. 10 da [Resolução CNJ n. 169/2013](#).

Art. 24. Esta instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro FELIX FISCHER
Presidente

(*) Republicada por ter saído no D.O.U., de 15/4/2013, Seção 1, p. 137/138, com incorreção no original.



Conselho da Justiça Federal

ANEXO

INSTRUÇÃO NORMATIVA N. 001, DE 11 DE ABRIL DE 2013.

Quadro-resumo das retenções a serem realizadas nas contratações de mão de obra residente nas dependências do órgão.

| Percentuais para contingenciamento de encargos trabalhistas a serem aplicados sobre a NF | | | | |
|---|--|--|--|--|
| Título | VARIAÇÃO RAT AJUSTADO 0,50% A 6,00% | | | |
| | EMPRESAS | | SIMPLES | |
| Grupo A SUBMÓDULO 4.1 – DA IN 02/2008 MPOG: RAT: | Mínimo 34,30% 0,50% | Máximo 39,80% 6,00% | Mínimo 28,50% 0,50% | Máximo 34,00% 6,00% |
| 13º salário | 9,09 | 9,09 | 9,09 | 9,09 |
| Férias | 9,09 | 9,09 | 9,09 | 9,09 |
| 1/3 Constitucional | 3,03 | 3,03 | 3,03 | 3,03 |
| Subtotal | 21,21 | 21,21 | 21,21 | 21,21 |
| Incidência do Grupo A (*) | 7,28 | 8,44 | 6,04 | 7,21 |
| Multa do FGTS | 4,36 | 4,36 | 4,36 | 4,36 |
| Encargos a contingenciar | 32,85 | 34,01 | 31,61 | 32,78 |
| Lucro – Art. 3º Res. CNJ (**) | | | | |
| Taxa da conta-corrente vinculada(inciso III artigo 2º IN) (***) | | | | |
| Total a contingenciar | | | | |

(*) A incidência recai sobre as verbas de 13º salário, férias e 1/3 constitucional, variando de acordo com o RAT Ajustado da empresa.

(**) O percentual de lucro será efetuado com base na proposta da contratada.

(***) Caso o contrato firmado entre a empresa e o banco oficial tenha previsão de desconto da taxa de abertura e manutenção diretamente na conta-corrente vinculada, esse valor deverá ser retido da fatura e devolvido à conta vinculada, nos termos do inciso VIII do artigo 17 da [Resolução CNJ n. 169/2013](#).

[Republicada no Diário Oficial da União](#)
[De 17/05/2013 Seção 1 pág. 215/216](#)